



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0845/11	DATA: 21/06/2011
INÍCIO: 14h49min	TÉRMINO: 17h26min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 56	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Debate sobre afastamento do Parlamentar para exercer cargo executivo e alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.
Deliberação sobre requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 24ª reunião ordinária, realizada no último dia 14 de junho.

Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Havendo solicitação da Deputada Luiza Erundina para a dispensa da leitura, tendo em vista a distribuição dos avulsos, peço ao Plenário que decida sobre essa proposta.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, fica dispensada a leitura da ata.

É o silêncio afirmativo.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Informes a respeito da conferência da Comissão, em Mato Grosso do Sul, ocorrida no último dia 16 de junho, quinta-feira.

Vamos esperar alguém que participou e possa dar informações sobre aquela conferência. Soube que foi um sucesso.

Expediente.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes:

Ofício nº117/2011, do Dr. Ophir Cavalcante Júnior, Presidente da OAB, que encaminha e complementa o Ofício nº 65/2011, endereçado à Presidência da Câmara dos Deputados, em que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil comunica à Câmara dos Deputados as propostas relacionadas à reforma política, que acolheu após a realização de sessões plenárias daquele órgão em que esse tema foi discutido.

Informa ainda sobre o Ofício nº 230/2011, da Liderança do DEM, indicando os Deputados Felipe Maia e Mendonça Filho para integrarem, como membros



suplentes, a Comissão Especial de Reforma Política, em substituição aos Deputados Irajá Abreu e Rodrigo Garcia.

Ofício nº 26/2011, do Deputado Augusto Coutinho, do DEM de Pernambuco, que encaminha contribuição ao relatório preliminar a ser apresentado, no que diz respeito à propaganda eleitoral gratuita.

Documento assinado pela bancada feminina da Câmara dos Deputados — por isso que estão em peso aí —, defendendo a participação paritária alternada de gênero. Cinquenta por cento de mulheres...

Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Inclusive o direito de, em contrapartida, ter paridade na cozinha também.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Ilustríssimo Presidente, eu gostaria de responder ao Exmo. Deputado Esperidião Amin que nós somos 52% da população. Portanto, paridade é 50%. Nós não estamos reivindicando 52%; estamos querendo igualdade entre homens e mulheres nesta Casa, para que haja plena democracia em nosso País no âmbito legislativo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, para direito de resposta, que é uma coisa sagrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Vou conceder a V.Exa. não só o direito de resposta...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sou do único Estado feminino do Brasil. O único Estado feminino do Brasil é Santa Catarina.

O maior vulto da nossa história foi Anita Garibaldi. E estou acostumado a aceitar a superioridade da mulher há 32 anos de casamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Para efeito de gravação, vou dar a palavra anunciando V.Exa..

Queria dizer que a Câmara recebeu um abaixo-assinado da bancada feminina encaminhado ao Relator, Deputado Henrique Fontana. O texto que segue em anexo, não sei se o Deputado Henrique Fontana já tomou conhecimento, mas passo às mãos dele cópia. Diz abertamente: *“Num país democrático tem que ter participação paritária, alternada, de gênero. Nós, mulheres, queremos mais democracia.”*



Deputado Henrique Fontana, esse é o abaixo-assinado. Se V.Exa. quiser fazer algum comentário sobre o assunto, ou algumas das representantes. Gostaria de enfatizar esse requerimento apresentado?

Deputada Rosane, Deputada Luiza Erundina?

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira para encaminhar esse documento, aliás já encaminharam, mas agora para encaminhar com ênfase.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - A gente chega atrasada e já senta na janela. É uma bênção. Boa tarde a todos.

Estamos, pela primeira vez na história do nosso País, com uma Presidenta da República, com 10 Ministras de Estado, muitas ocupando cargos de vulto. Não estamos só na frente da política das mulheres, da ação social, hoje estamos na Casa Civil, nas Relações Institucionais, com o Ministério do Planejamento. A eleição da nossa Presidenta Dilma e também os 20 milhões de votos de Marina Silva não representaram um ganho de representatividade nossa nas Casas legislativas. Elegemos 45 Deputadas Federais, embora fizéssemos a Presidenta, e ainda que tivéssemos uma votação expressiva no primeiro turno para a Senadora Marina Silva, continuamos elegendo 45 mulheres em 513 cadeiras desta Casa; elegemos 12 Senadoras em 81 cadeiras no Senado. Ao longo dos Estados e nas Câmara Legislativas dos Municípios, nós somos muito poucas. É unânime, e os senhores podem concordar comigo, que o olhar da mulher é diferente. Nós cuidamos do todo, mas nós não esquecemos dos detalhes. E a política também é feita de detalhes.

Então, estar nesta Casa significará um grande avanço dentro das políticas públicas, não desmerecendo a política feita hoje majoritariamente por homens. Costumo dizer às minhas colegas que quando me determinei, Deputado Henrique Fontana, a fazer política consegui conquistar o meu espaço. Mas hoje temos que falar para as mulheres que é possível, sim, conquistar uma cadeira nesta Casa e fazer a diferença na vida de outras milhares de mulheres, que é o que nós queremos, melhorar a vida das pessoas como um todo.

Então, nós entendemos que propondo esse voto...E quero me antecipar. Agora mesmo conversava com a Deputada Flávia, que está preparando um outro projeto, uma outra proposta, que trará para cá, onde ela propõe que nós possamos ter, se não passar o voto distrital misto, 50% em lista ou na lista propriamente dita,



que nós possamos propor 2 votos, um voto seria realmente de gênero. Todos escolheriam para Deputado Federal um homem e uma mulher e nós realmente garantiríamos espaços aqui. Eu sei que é difícil para uma Casa que tem suas cadeiras majoritariamente ocupadas por homens abrir mão dessa situação e discutir.

Vou finalizar dizendo que, no Estado do Paraná, onde ocupei uma cadeira na legislatura passada, nós elegemos 15 mulheres e 898 homens em toda a história da Assembleia, que tem 60 anos.

Então, é preciso fazer políticas com as quais as mulheres se sintam estimuladas a virem para cá e a disputarem. É isso o que nós estamos defendendo. Nós queremos fazer política de forma a melhorar a vida das pessoas, de todas as pessoas.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu queria passar a palavra à Deputada Erika Kokay e depois ao Deputado Esperidião Amin, sobre o assunto, não é?

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Em nome da fidelidade, eu peço para a Deputada Erika Kokay falar.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, nós estamos aqui com este manifesto assinado pela esmagadoríssima maioria das mulheres que fazem parte deste Parlamento. O manifesto foi protocolado na semana passada ainda e entregue inclusive ao Relator, para que nós possamos assegurar no relatório a alternância de gênero com a paridade.

Eu acho, Sr. Presidente, que essa é uma questão que não diz respeito apenas às mulheres, ela diz respeito à democracia e à lógica republicana, ela diz respeito à possibilidade de este Parlamento se igualar com a representação que tem a sociedade.

Nós não podemos permitir que haja uma discussão de reforma política nesta Casa e que não avancemos na perspectiva de que a representação feminina se aproxime da representação masculina na sociedade.

Digo isso porque se enganam aqueles que dizem que aqui não há burca; acho que há uma burca. Enganam-se os que dizem que aqui não existe a guilhotina



afiada, a guilhotina que, na Revolução Francesa, decapitou as mulheres feministas que gostariam de introduzir, na pauta de uma revolução essencialmente em defesa de direitos humanos, marco fundamental na lógica da conquista da igualdade, da fraternidade e da liberdade, a igualdade de gênero. Nós temos guilhotinas afiadas, invisíveis decerto; nós temos burcas, invisíveis decerto, mas que fazem com que nós, o Brasil, tenhamos um vergonhoso lugar no *ranking* de participação feminina em âmbito internacional.

Nós tivemos, na semana passada, a experiência da Argentina, que aqui foi discutida, de como aquele Parlamento hoje detém por volta de 40% de participação feminina após a reforma política que assegurou alternância de gênero. Nós não estamos discutindo apenas cotas, porque, na Argentina, em um primeiro momento, houve adoção de cotas e as mulheres foram colocadas, em um sistema eleitoral de lista fechada, no final da lista.

Nós estamos discutindo alternância — para cada mulher, um homem eleito —, para que nós possamos dizer e sentir de forma absolutamente aprofundada que este País mergulhou na democracia. É impossível acreditar que nós vivemos numa democracia quando temos por volta de 8,7%, menos de 9%, de participação de mulheres nesta Câmara e, em média, 9% de participação feminina no Parlamento nas suas mais variadas esferas. Nós temos 9,7% nos países árabes, nós temos 20%, em média, de participação das mulheres nos Parlamntos dos países da América e, no Brasil, nós temos, em média, 9%.

Não podemos avançar numa reforma política sem considerarmos que é preciso que avancemos na perspectiva de que tenhamos um Parlamento mais envolto em democracia. Por isso esta decisão.

Aqui faço uma saudação muito especial a todas as Parlamentares, particularmente à Coordenadora da bancada, Deputada Janete Rocha Pietá, que mobilizou o conjunto do Parlamento, particularmente as mulheres, para que tivéssemos este manifesto com estas assinaturas, que nós esperamos que seja contemplado no relatório desta Comissão de Reforma Política. Isso é o mínimo que se exige do ponto de vista da democracia.

Para fechar, eu diria que a discussão de igualdade de gênero é absolutamente estruturante hoje. Nós não vamos conseguir avançar na lógica de



direitos, nós não vamos conseguir avançar na igualdade ou no combate a todas as violações se nós não avançarmos na igualdade de direitos entre homens e mulheres e na condição mais igualitária de permanência e de participação nos espaços de poder.

Eu fecho lembrando Simone de Beauvoir quando diz que o que nós mulheres queremos é o poder, não o poder contra os homens, mas o poder de sermos nós mesmas, ou a ex-Presidenta do Chile, que disse que, quando a mulher entra na política, muda a mulher, mas quando muitas mulheres entram na política, ora bolas, o que muda é a política. Por isso estamos aqui, exigindo que seja contemplada no relatório a alternância de gêneros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Muito bem. O tema não é da Ordem do Dia de hoje. A pauta fala sobre afastamento do Parlamentar para exercer cargo executivo e alterações na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Mas, considerando a maciça presença, vou continuar com o debate.

Dou a palavra agora aos homens; primeiro aos homens e depois a V.Exa. (*risos*). O Relator fica para o fim.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, gostaria só de corrigir. Sr. Presidente, nós não queremos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, aguarde um pouquinho. O Deputado Esperidião já está ali, com armas prontas para revidar uma série de coisas.

Depois o Deputado Ronaldo Caiado falará também. Em seguida, a Deputada Pietá.

O Deputado Esperidião Amin está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Eu gostaria de não interromper a ordem de inscrição das mulheres. Depois que o Deputado Esperidião Amin falasse, eu gostaria de ser o segundo inscrito na lista dos homens.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Não, não, eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Já é.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Alternado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu já concedi.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Ainda sou da moda antiga. Então, mulheres primeiro. Eu falo depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Caiado. Ela quer alternância. Então, Esperidião.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, pela ordem. Já numa busca concreta da proposta de democracia que queremos, queremos que seja alternado: um homem e uma mulher. Já falamos duas, então, teremos agora alternância — um homem e uma mulher —, para que já se mostre como é possível essa alternância no Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Esperidião, esse convite é para ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu estava ansioso para que o nosso Relator, que é muito bem-vindo... Como estamos há alguns dias sem nos ver, eu tinha a convicção de que ele iria dar sua opinião. Mas, já que não falou, cabe a mim, Amin, dizer alguma coisa a respeito.

Primeiramente, não posso deixar de repetir, é claro que com um pouco de tentativa de humor, que eu sou do único Estado feminino do Brasil: Santa Catarina. Durante muito tempo, os nossos vizinhos, especialmente do Sul, diziam que o maior vulto da nossa história tinha sido uma mulher. Diziam, então, brincando, que o maior homem de Santa Catarina tinha sido Anita Garibaldi, e nós sempre nos orgulhamos disso.

Eu, particularmente, acumulo uma experiência que poucos acumulam: 8 anos de "Primeiro-Damo", uma experiência respeitável. Estou acostumado, há muito tempo, a sentir a autoridade da mulher também na política, inclusive lá em casa, com muito juízo sempre.

Mas eu não posso deixar de fazer também uma pequena reminiscência. Quando se coloca um tema como este, nós olhamos para toda a história e para os problemas que ainda hoje a humanidade nos oferece em matéria de redução da participação da mulher. Tudo isso nos ocorre, não é verdade? Recentemente, nós vimos na Arábia Saudita as mulheres lutando pelo direito de dirigir automóvel. Isso é



coisa da semana passada, recentíssima. Ou seja, direitos que para nós são elementares, mas que trafegam de maneira heterogênea pelo mundo afora.

Quando eu percebi esse tom incisivo da Deputada Erika Kokay, cujas manifestações eu respeito e aplaudo muito, fiz uma pequena viagem no tempo e me vi relendo o livro do Monteiro Lobato *O Presidente Negro*, que começa exatamente com um impasse entre o partido das mulheres e o partido dos homens, naquela estória, que é considerada uma ficção impressionante, porque Monteiro Lobato escreveu há 80 anos que os Estados Unidos teriam um Presidente negro — é claro que num outro contexto, iniciado exatamente pelo impasse entre o partido dos homens e o partido das mulheres.

Eu não sei se a forma aqui apresentada será a final que nós teremos, mas eu gostaria de dizer que não tenho dúvida de que a participação da mulher proporcionalmente ao seu espaço na demografia do País é um bem a ser alcançado. Disso eu não tenho dúvida. O roteiro para se chegar a isso eu creio deve ser construído. Por isso, creio ser importante que esse tema, como propõem as mulheres, seja incluído na pauta do debate, dando-nos uma oportunidade de nos prepararmos, de conhecermos quais foram as iniciativas pelo mundo afora.

Como eu moro mais perto da Argentina, nós lá do Sul ficamos um pouco refratários a copiar *los hermanos*. Os mexicanos dizem que lamentam morar muito perto dos americanos e muito longe de Deus. Acho que é porque eles não conhecem bem os argentinos ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Obrigado, Deputado Esperidião.

(Não identificado) - Falou, falou e não disse nada.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sou a favor do agendamento do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Com a palavra a Deputada Janete Rocha Pietá. Depois falará o Deputado Ronaldo Caiado.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que nós da bancada feminina — eu sou a Coordenadora da bancada neste momento — consideramos que a reforma política é a mãe das reformas. Na verdade, a reforma política vai estabelecer



diretrizes, no âmbito das leis, que poderão realmente expressar o que hoje é a realidade do Brasil, um Brasil que tem 52% de mulheres, um Brasil que tem uma Presidenta mulher.

Se nós olharmos para outros campos... Por exemplo, no Supremo, temos apenas duas Ministras, aliás, excelentes Ministras: Cármen Lúcia e a nossa Ellen. A nossa Ministra Cármen Lúcia disse que entendeu porque, quando criança, foi educada na música para aprender piano e seu irmão para aprender violão. Por quê?

O resultado de sermos apenas 8,7% da composição deste Parlamento de 513 é fruto de todo um processo de exclusão da mulher. Por exemplo, nas Ordenações Filipinas, a mulher que fosse considerada adúltera teria a pena de morte. O homem, se fosse um nobre, não teria pena, se fosse da classe do marido, haveria discussão, se fosse um inferior ou escravo, também teria a pena de morte.

Nós mulheres, em 1917, no Brasil, fundamos o primeiro partido republicano de mulheres, as aguerridas mulheres do Nordeste.

Temos aqui a presença de nove mulheres. A Dona Íris passou por aqui. Temos aqui as Deputadas Carmen Zanotto, Nilda Gondim e Keiko Ota. Quero dizer o nome porque nós somos invisíveis. Precisamos não só de nomes mas de ter efetivamente participação nas decisões do poder, para que ele seja mais democrático. Nós temos a Rebecca, que é atualmente Vice-Líder do Governo; a nossa histórica companheira Erundina, uma brava mulher, brava no sentido de determinada, de guerreira; a Rosana, do PV; a Erika Kokay e a nossa Professora Dorinha.

Nossa vinda aqui é fruto de uma discussão da bancada feminina, que quer esse empoderamento da mulher. Estamos querendo ser protagonistas dessa mãe das reformas que é a reforma política.

Gostaria de dizer também que foi apenas em 1932 que a mulher teve direito a voto. Naquele momento, só poderiam votar as mulheres bem casadas ou as solteiras que tivessem um patrimônio. Só em 1946 a mulher teve direito a voto. Nossa Constituição de 1988, realmente, possibilitou a maior democratização na participação.



Há vários temas que nós mulheres consideramos relevantes, tais como o financiamento público de campanha. Por que é relevante? Porque muitas mulheres não se candidatam exatamente por não terem condições de bancar uma campanha.

Por isso, nobre Relator Henrique Fontana, nós gostaríamos de ressaltar que, em 2009, na minirreforma eleitoral, conseguimos escrever na lei, primeiro, que, na próxima eleição de 2012, seja cumprida a cota de mulheres e não a deixem em branco. Quer dizer, a mulher pode participar.

A nossa proposta não é só para participarmos, como foi a iniciativa da atual Senadora Marta Suplicy, com a cota de 30%. Nós queremos a cota de 50% para nos eleger. Por quê? Vejam, é uma vergonha, Excelências, que o Brasil esteja à frente na América do Sul e Caribe — até posso dizer da América Latina —, apenas de Belize e do Haiti. No *ranking* internacional, por exemplo, na África, alguns países têm a presença de quase 60% de mulheres. Na Bolívia, elas têm paridade, na Argentina são 40%. O protagonismo das mulheres na Costa Rica é muito grande.

Na verdade, estaremos construindo não só a paridade na reforma política, mas também nas Comissões, Deputado Caiado. Hoje, das 20 Comissões Permanentes, somente duas têm mulheres na Presidência; na Comissão de Educação, a Fátima Bezerra, e na dos Direitos Humanos, a Manuela D'Ávila. Aliás, a Deputada Manuela está em viagem oficial, e a Deputada Perpétua Almeida não está aqui porque esta acamada.

Temos uma série de questões que são base para que a nossa democracia seja plena. Na Constituição Federal está muito claro que os direitos são iguais entre homens e mulheres. Se nós lutamos para voz e vez ao povo, e se o povo é 52% de mulheres, o Parlamento tem que refletir essa situação.

Para finalizar, eu gostaria, neste momento, de dizer também como nós estamos participando, realizamos reunião com o Relator, realizamos reunião entre nós. E a Deputada Flávia Morais já deu entrada na Casa — e eu passo cópias para a Mesa —, de uma apresentação de proposta para equidade de gênero no Parlamento. Ela não é partidária da lista, mas propõe que os partidos formem duas listas, uma feminina e uma masculina, e que o eleitor tenha direito de votar em um homem e em uma mulher.



Veja que estamos buscando saídas, Relator Henrique Fontana. Por isso passo as mãos de V.Exa. esse documento. A Deputada Flávia Moraes não pôde estar aqui porque está com uma atividade em Goiás, seu Estado.

Nós queremos ser protagonistas desta Comissão. Temos ilustríssimas representantes, como a Érika, a Rosana, a Erundina, e a Íris. Mas queremos que haja reformas também nos partidos, para que eles também cumpram o que nós aprovamos na minirreforma de 2009. Que exista 5% do fundo partidário para formação de mulheres e que tenha presença obrigatória de, no mínimo, 10% de mulheres nos programas partidários.

Infelizmente, no recente programa do PMDB — faço uma crítica companheira —, não houve presença de mulher. O Parlamento e os partidos têm que cumprir o que já votamos e aprovamos.

Concluo dizendo que nós apresentamos essa proposta para a reforma política com a presença alternada de mulheres, 50%, para serem eleitas e não para concorrer.

Agradeço muito e quero dizer, Relator, que a bancada feminina, numa militância engajada, gostaria de continuar esse protagonismo com V.Exa., contribuindo não só com a discussão mas também com propostas democráticas, a fim de serem incluídas no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Agradeço à Deputada Janete Pietá e pergunto ao Deputado Ronaldo Caiado se ainda deseja encerrar o assunto, porque temos uma pauta na Ordem do Dia e não podemos atropelá-la.

Vamos ouvir o Relator, após a fala do Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de formular uma questão de ordem e, logo a seguir, fazer um rápido comentário sobre o assunto inicialmente pautado aqui.

Sr. Presidente, primeiro, gostaria de esclarecer o porquê da questão de ordem. Eu não tive oportunidade de estar presente no momento em que o nobre Relator esteve no meu partido, fazendo uma exposição sobre o esboço que ele pretende tocar e montar como substitutivo a apresentar à Comissão de Reforma Política. Mas a assessoria, como vários colegas, me informaram que S.Exa. tratou



de vários temas nessa reunião, dentre eles temas que são tratados por emendas constitucionais.

Já que a PEC destacada fala sobre voto distrital, a PEC 10, então, o sistema eleitoral, se fosse só por lista, não seria por emenda constitucional, mas a PEC destacada trata exatamente de distrital misto. Como tal, não tem mais nenhuma outra matéria incluída nessa PEC, que foi aqui destacada para ser discutida.

No momento em que o Relator esteve se pronunciando no meu partido, no Democratas, S.Exa. citou também interesse de tratar de instrumentos de democracia direta: plebiscito, referendo, revogação, projeto de lei de iniciativa popular, também emenda constitucional; unificação das eleições, emenda constitucional; suplente de Senador e Deputado, emenda constitucional; pesquisa eleitoral, emenda constitucional — acham até alguns que não deveríamos nem tocar nesse assunto porque isso é cláusula pétrea em relação a essa posição, mas vamos lá —; tempo de mandato e reeleição, emenda constitucional; data da posse, emenda constitucional; voto obrigatório ou facultativo, emenda constitucional; candidatura avulsa, emenda constitucional.

Sr. Presidente, então com isso me vem a preocupação: está exaurindo o prazo para nós apresentarmos as nossas emendas até o dia 30. Se não me engano, dia 30 completam 8 sessões. Hoje, nós estamos no dia 21.

A questão de ordem que formulo a V.Exa. é como eu posso apresentar uma emenda a um texto desconhecido? Ora, se a emenda constitucional destacada trata única e exclusivamente de sistema eleitoral, se amanhã o texto do nobre Relator vem incluindo outros temas, como eu poderei acompanhar, não só a discussão, mas a elaboração do texto, sendo que eu sou impedido, como Parlamentar, de apresentar uma emenda estranha ao texto?

Então, nós precisávamos de receber, em primeiro lugar... Ou nós vamos prorrogar o prazo, e aí seria algo complicado porque o Regimento é que define o número de sessões, ou o Relator vai se restringir única e exclusivamente a sistema eleitoral. E por isso eu faço a questão de ordem. Não quero me alongar nela, mas apenas chamar a atenção de alguns pontos, e encaminharei à Mesa. Está certo? São 6 laudas, e eu, no máximo, vou fazer uma lauda.



Sr. Presidente, com base nos arts. 41, inciso XVII, 95 e 125, conjugado com o art. 137, § 1º, e 202, § 3º do Regimento Interno, art. 60, inciso I da Constituição Federal, indago a V.Exa. se o Relator da Comissão Especial, instituída para apreciar a proposta de emenda constitucional, pode incluir em seu substitutivo matéria estranha ao texto original sem submetê-la ao *quorum* mínimo de assinaturas constitucionalmente exigido (Constituição Federal, art. 60, inciso I) e se as emendas parlamentares podem versar assuntos alheios à PEC.

Em outras palavras, o que se quer saber é se o Relator tem legitimidade para propor alterações no texto constitucional sem o apoio de um terço da Casa e se cada Parlamentar pode propor emenda sobre o que bem entender, sem vínculo com a temática central.

Passo rapidamente apenas a fazer citação ao que diz o Regimento. O Regimento é imperativo no rechaço a emendas antirregimentais ou estranhas ao texto inicial.

Basta verificarmos o que dizem o art. 125 e o § 1º do art. 137. Eis o que está escrito:

“Art. 125. O Presidente da Câmara ou de Comissão tem a faculdade de recusar emenda formulada de modo inconveniente, ou que verse sobre assunto estranho ao projeto em discussão ou contrarie prescrição regimental. No caso de reclamação ou recurso, será consultado o respectivo Plenário, sem discussão nem encaminhamento de votação, a qual se fará pelo processo simbólico.”

Passo e termino citando o disposto no § 1º do art. 137, que é impositivo, eis que ele diz:

*“Art. 137.....
§ 1º Além do que estabelece o art. 125, a Presidência devolverá ao autor qualquer proposição que:
I - não estiver devidamente formalizada e em termos;
II - versar matéria:
a) alheia à competência da Câmara;
b) evidentemente inconstitucional;*



c) *antirregimental*” — a que faço referência.

Então, Sr. Presidente, além de contrariar a norma interna, o expediente em apreço seria absolutamente injurídico por ferir frontalmente a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Aplicável também às emendas constitucionais, nos termos do Parágrafo Único do seu art. 1º, os incisos I e II do art. 7º são claros:

“Art. 7º.....

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;”

É esta a questão de ordem que formulamos a V.Exa.

E para cujo desfecho, contamos com o equilíbrio, a independência e o zelo pela observância dos preceitos que regem nosso Estado Democrático de Direito, que têm marcado as decisões desta Presidência.

Então, Sr. Presidente, estou datando e, ao mesmo tempo, assinando e encaminhando à Mesa a questão de ordem para ser decidida. Gostaria de uma resposta o mais rápido possível, já que o prazo exaure no próximo dia 30.

Fiz referência a isso ao Presidente, Deputado Almeida Lima, por telefone, sabedor de que encaminharia por escrito a questão de ordem e que daria entrada hoje na reunião da Comissão.

Como tal, Sr. Presidente, faço chegar às mãos de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A Mesa a recebe. E por se tratar de matéria escrita e abrangente, a Mesa pede um prazo, até a próxima reunião, para responder a V.Exa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas se o Relator desejar, de forma genérica, algum tipo de informação... Até porque o Presidente já havia marcado, na reunião passada, uma reunião para estabelecermos um roteiro, a fim de chegarmos ao relatório.

Então, acho que o Relator pode nos adiantar, se quiser, alguma coisa sobre as preocupações de V.Exa. em relação à Ordem do Dia que apresento.



Sr. Relator, gostaria de se pronunciar?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Simão Sessim, nosso Presidente; todas as colegas e todos os colegas Parlamentares; toda a assessoria e as pessoas que acompanham mais esta nossa reunião da Comissão Especial da Reforma Política.

Pedi a palavra ao Presidente com o intuito de abordar, rapidamente, três temas: o primeiro, foco do início da nossa reunião, o recebimento oficial desse documento da bancada feminina na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sr. Relator, eu atrolei o Deputado Caiado no que diz respeito, ainda, ao tema referente às mulheres.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas, se quiser, o Deputado Caiado fala sobre o assunto depois do Relator.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não há problema, não é Caiado? Estamos num ambiente tranquilo. Não é momento de disputa.

Segundo, abordar, rapidamente, um pouco das opiniões, ainda preliminares, que tenho, de rascunhos que estamos fazendo com a Consultoria, até porque o objetivo do Relator é jamais criar surpresa para algumas bancadas que, legitimamente, têm preocupações com determinados temas e sempre procurar manter um ambiente que respeite o nosso Regimento e, ao mesmo tempo, manter um ambiente, que nós temos trabalhado, de negociação política e de busca de uma composição a mais abrangente possível.

Terceiro, por onde eu vou começar, Presidente, pedir desculpas aos colegas.

Não vou, por óbvio, entrar em detalhes, mas eu enfrentei um contratempo no tratamento de saúde do meu filho, que teve de submeter a uma nova cirurgia há duas semanas. Felizmente, já retomamos o processo ascendente de recuperação. Por isso tive de ficar fora do meu trabalho na Câmara durante duas semanas.



Quero agradecer também aos Consultores, porque dois deles aceitaram um convite que fiz. Foram a Porto Alegre para trabalharmos, durante dois dias, nos intervalos que eu tinha no hospital, a fim de aprofundarmos esse nosso rascunho de trabalho.

Sobre a ampliação dos espaços e da participação da mulher na política brasileira, na democracia, eu tenho enorme simpatia por esse tema.

Eu entendo, e faço aqui meus os argumentos de algumas das Deputadas e do próprio Deputado Esperidião, que nós, hoje, vivenciamos ainda uma circunstância determinada por um processo histórico, que gera essa diferença enorme de espaço entre a participação efetiva da mulher, ocupando mandatos legislativos, e a participação dos homens.

Eu tenho comigo, sempre defendi isso em outros temas, que não só a questão da igualdade de gênero, que as ações afirmativas são positivas para superar determinados obstáculos causados por um processo histórico.

Eu compreendo a reivindicação feita pela bancada feminina. Esta é uma das preocupações do Relator. Seguramente abordaremos esse tema no relatório. Por óbvio, não é nem do meu estilo de fazer política, muito menos da função que ocupo, tomar uma decisão neste momento sobre qual será o nível de proposta que vamos acolher no relatório, que evidentemente será debatido por todos nós, criticado, apoiado e assim por diante.

Aliás, não houve reunião alguma de que participei, nenhuma audiência pública e nenhuma reunião, em que este tema não tenha sido abordado pelo público, o que mostra a força que tem essa discussão hoje na democracia brasileira. Ou seja, não se trata, como dizem alguns, às vezes, e eu compreendo, de fazer uma ação afirmativa no que diz respeito à participação da mulher. Então, tem que se imediatamente fazer uma ação afirmativa para essa situação, para outra, para a situação B, C e D. Parece-me que o acúmulo de debate na sociedade não é o mesmo. Esse tema tem um acúmulo de debate muito superior a outros. E, portanto, parece que chega o momento de o Parlamento brasileiro dar um passo na direção de começar a enfrentar esse problema.

Talvez esta palavra já me traia um pouco, e vou aqui partilhar com transparência uma outra frase, mas percebo a dificuldade de tramitar e compor



maioria para um relatório que acolha na íntegra essa reivindicação que a bancada feminina traz legitimamente ao Relator e ao debate aqui, Presidente Simão Sessim.

Agora, ao longo dos próximos dias, vamos continuar conversando. E o Relator já adianta que seguramente esse tema vai estar no relatório. Outra coisa que posso adiantar com segurança é que, se conseguirmos maioria para aprovar esse relatório, seguramente o espaço da mulher no Parlamento brasileiro, nos Parlamentos Estaduais e Municipais será ampliado, na minha avaliação.

Depois, esse tema que o Deputado Ronaldo Caiado coloca de maneira muito apropriada, representando a bancada do Democratas. De fato, abordei uma série de temas, e aqui quero fazer um parênteses, porque vou pedir formalmente à Comissão, ao Presidente em exercício, Deputado Simão Sessim, ao Presidente Almeida Lima, uma prorrogação no prazo que eu havia assumido, que era de apresentar o primeiro relatório na data de hoje. Eu quero pedir uma prorrogação, que acho que não passará de 10 a 14 dias. Talvez 10 dias no máximo a contar da data de hoje, para que possamos, então, apresentar aos colegas o nosso relatório, para que ele seja criticado, debatido e, evidentemente, inclusive, modificado após ouvir críticas e mais convencimentos.

Mas a visão que estou trabalhando, Deputado Ronaldo Caiado e demais colegas, é, em primeiro lugar, apresentar um projeto de lei. Eu, inclusive, tenho uma inclinação muito grande de, ao alterar o sistema eleitoral, trabalhar com o limite daquilo que a Constituição nos permite quanto ao sistema eleitoral, dentro da visão de projeto de lei, ou seja, de maioria simples, mas não tenho isso totalmente decidido. Segundo, alguns temas sobre os quais tratamos aqui na Comissão Especial demandam, sim, emenda constitucional. E alguns desses temas, eu, como Relator, tenho inclinação de abordar. Não quer dizer que todos esses que foram colocados durante a reunião com os democratas, a minha convicção momentânea seja de abordar no relatório.

Em primeiro lugar, quero sugerir à Comissão que, dentro de alguns temas, ou até sem limite algum, cada bancada apresentasse emenda, sim, na Comissão Especial constituída para analisar a PEC 10, aquela que permite alteração constitucional. Apresentar de maneira livre para que nenhum de nós fosse preferencialmente surpreendido pela impossibilidade de debater um determinado



tema e de emendar uma determinada situação em plenário, inclusive, por não ter apresentado essa emenda.

Lógico, alguém me perguntaria, a começar pelo Deputado Ronaldo Caiado, que fez a questão de ordem: mas se um dos temas que for colocado no relatório nenhum de nós pensou e apresentou a emenda, etc.? O Regimento é claro e, por óbvio, não é mais possível apresentar emenda no projeto de alteração de emenda constitucional, no plenário.

Então, alguns temas quero adiantar, explicitamente, sobre os quais eu estou trabalhando, para que sobre esses não haja dúvida e que os colegas possam fazer emendas nesse sentido. E a Consultoria vai me ajudar aqui se eu esquecer de alguma coisa. Procurei as minhas anotações e a memória pode falhar.

Primeiro, mesmo que eu me incline por um sistema de alteração de sistema eleitoral que não demande emenda constitucional, é prudente que os partidos que querem alguns temas que demandam esse tipo de mudança constitucional no sistema eleitoral façam suas emendas. Segundo, nós queremos mexer no financiamento, como foi dito, que não depende de emenda constitucional. Terceiro, nós pensamos fortemente em mexer em datas de eleições. Ou seja, como querem alguns a coincidência de eleições, na mesma data, como pretendem outros, as eleições no mesmo ano, com alguma distância de datas, o que demanda emenda constitucional e, portanto, é prudente que se façam emendas.

Segundo, mexer em data de posse, que também demanda emenda constitucional. Portanto, parece-me positivo que se façam propostas nesse sentido até o dia 30.

Terceiro, a suplência de Senador. Aqui eu quero abrir também outro parênteses. Eu estou trabalhando com uma visão de alguns temas sobre os quais me parece que o acúmulo do debate feito nas audiências públicas nos Estados e na Comissão indicam uma maioria mais sólida. Eu trabalho com a ideia de colocar num substitutivo a PEC 10 como projeto de emenda constitucional, substitutivo à PEC 10. Alguns temas que demandam emenda constitucional e que são altamente polêmicos, que o próprio Relator tem ideia, por exemplo, de apresentar, a minha ideia é apresentar uma emenda constitucional separada para tramitação nos seus trâmites normais.



Por exemplo, eu mesmo tenho uma ideia mais ousada sobre a eleição do Senado que não me parece prudente apresentar para votação imediata. Então, nesse caso vou para uma terceira forma de apresentar o relatório. Um projeto de lei, um substitutivo à PEC 10 para abordar alterações constitucionais e uma lei para alterar determinado tema, para tramitar como fruto desta Comissão, se ela constituir maioria.

Quarto item que eu queria abordar: mecanismos de facilitação da participação direta da população. Ou seja, a democracia direta, que demanda emenda constitucional. Portanto, também deve ser passível da preocupação das bancadas de apresentação de emendas. Sem o prejuízo de algo que possamos ir lembrando ao longo do nosso debate — e se a Consultoria tiver alguma coisa traga até aqui, por favor —, essa é um pouco a nossa inclinação hoje, Deputado Caiado.

O meu apelo é para que nós mantenhamos esse critério de negociação, de composição que estamos fazendo, porque, pela informação que eu tenho, é da tradição da Casa que os relatores de fato terminam exercendo às vezes o poder de colocar no seu substitutivo algo que propriamente não estava colocado numa emenda apresentada à Comissão. E o meu compromisso de bom senso com todos os colegas é que não vamos surpreender com mudanças estratosféricas, especialmente no que diz respeito à esse substitutivo, a PEC 10, que é a Comissão Especial constituída junto com todos nós aqui.

Quero pedir muito a todas as bancadas que na reta final desses 10 dias que estou pedindo de prorrogação, possamos reunir novamente as bancadas e o Relator, a fim de fazer esse ajuste final antes de apresentar o relatório.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Antes de dar a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado, até porque S.Exa. foi citado várias vezes, quero mais ou menos acolher a solicitação preliminar do Deputado Henrique Fontana, quando fala em prorrogação de prazo para o seu relatório. Até porque, Deputado Henrique Fontana, o Deputado Almeida Lima, na reunião passada, fez questão de frisar e ficou no ar, ainda na discussão que houve, o problema do prazo para a apresentação do relatório, tendo em vista algumas audiências públicas que ainda acontecerão. Não foi isso, Deputada Erundina?



Então, a pergunta era sempre assim: haverá o relatório antes das audiências públicas marcadas, ou das conferências, ou depois do relatório as conferências e as audiências serão feitas para que sirvam para a discussão em plenário ou posteriormente ao relatório? Essa dúvida ficou. Aí S.Exa. encerrou a reunião — lembro-me bem —, ficando de marcar uma reunião com os partidos representados nesta Comissão, com os representantes dos partidos aqui nesta Comissão, para que se defina, juntamente com o Relator, a data de entrega do relatório.

V.Exa., Deputado Henrique Fontana, já antecipou que dentro de 10, 12 dias pode apresentá-lo, mas eu não gostaria, ainda mais que estou nesta Presidência substituindo o Presidente, que tem conduzido tão bem o roteiro desta Comissão, de atropelá-lo.

Então, vou acolher o pedido que vem em boa hora de prorrogação do prazo do relatório que V.Exa. apresentaria hoje. Gostaria de pedir ao Deputado Ronaldo Caiado que fizesse comentários sobre o que disse o Deputado Henrique Fontana, mas que não fosse discutida a questão de ordem, porque ela será examinada ainda pelo Presidente e pela Mesa.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Tudo bem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Passo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado. Sr. Presidente. Vou me restringir realmente ao debate do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado, para liberar a bancada feminina, peço que V.Exa. fale o que pretendia para a bancada feminina, porque elas têm outros compromissos. Que V.Exa. faça a sua saudação e depois o comentário.

Estamos atropelando o Deputado Ronaldo Caiado, porque S.Exa. estava ávido por falar às mulheres.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, vou ser bem sucinto. Em relação à essa proposta apresentada pelas mulheres, infelizmente não tivemos esse mesmo sentimento na legislatura anterior, quando o Relator atendeu um acréscimo do percentual de tempo de televisão, quando atendemos um repasse



diferenciado para que as mulheres tivessem uma parcela do fundo partidário e também em relação à alternância às três primeiras vagas na lista preordenada.

Eu espero que agora, nessa nova legislatura, realmente haja um sentimento das mulheres de terem agora a compreensão de que só em lista preordenada é que elas poderão chegar a ter uma representatividade real.

Não é por que é a Argentina, não é por que é a Suécia, não é por que é a Bélgica, mas é por que nesses países têm-se a lista preordenada. Então, não adianta nada as mulheres quererem ter a participação aumentada com Distritão ou com lista aberta em sistema proporcional. Então, não existe essa tese.

São quotas e nenhum resultado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - *(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Não, mas isso é uma realidade. Temos de trazer para a discussão, com uma sustentação que é real. Não existe outro sistema capaz de dar à mulher presença na vida política se não for com lista preordenada e também com alternância nas três primeiras vagas da lista. Isso é o que está definido, é o que se aplica na Bélgica, é o que está na proposta, mas, infelizmente — a Deputada Janete está saindo —, a bancada feminina, exatamente há 2 anos, não teve a mesma empolgação com essa tese. Mas eu espero que agora, realmente, ela venha com toda essa força e essa representatividade, para poder aprovar o nosso projeto, quando ele for votado aqui, sob a liderança do nobre Relator, Deputado Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Caiado, só uma frase que eu quero reconhecer, porque eu esqueci, tinha anotado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Estou trabalhando muito com o relatório redigido por V.Exa., não me lembro quantos anos atrás.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Temos retirado muitas das ideias dali.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Obrigado.



Presidente, então, para ser bem conciso, eu gostaria de solicitar ao nobre Relator que realmente buscasse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputado Caiado, se V.Exa. encerrou a saudação e a discussão sobre o tema das mulheres, eu gostaria de pedir 1 minuto apenas para liberá-las. A Deputada Janete Pietá já tinha pedido para que nós...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Questão de ordem, só. Vamos encerrar o debate sobre a proposta das mulheres.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Érika, ainda sobre o assunto?

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ainda sobre o assunto, Presidente.

Primeiro, nós não queremos apenas agendar a discussão, porque ela já está agendada. Esta Comissão já realizou uma audiência pública em que se discutiu a participação dos movimentos sociais, inclusive de mulheres, no Parlamento. E já houve audiência pública específica com recorte de gênero. Portanto, nós queremos que haja a introdução no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Quer dizer, não é para agendar na audiência pública, é para agendar na pauta a discussão dos assuntos da...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Claro, Sr. Presidente. Mas o que eu gostaria, para ficar mais preciso, minha reivindicação é que seja incluída no relatório a alternância de gênero. Obviamente, ela tem uma facilidade quando se trata de lista fechada, que me parece ser o sistema mais democrático — uma opinião pessoal e partidária —, mas é também possível em outros sistemas. Ela é possível também. Obviamente temos que fazer arranjos. Ela exige outros tipos de procedimentos, mas se facilita com a lista fechada. Agora, ela é possível também em outros sistemas eleitorais.



O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Gostaria depois de conhecer...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O exemplo é a proposta da Deputada Flávia Morais.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Gostaria de conhecer o sistema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada, eu só não queria abrir a discussão.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Só um minuto. Porque isso iria virar...

Hoje foi entregue o documento. O Deputado Almeida Lima vai colocar em pauta para discussão na Comissão. Em seguida, o Relator vai recolher o que acontecerá nessa reunião para que coloque no seu relatório.

Acho que podíamos encerrar hoje o assunto, porque ainda não é dia do debate. Foi a apresentação. Apenas deixamos alguns oradores falar sobre o assunto para dar substância ao que foi apresentado.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Reguffe.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, eu gostaria só que V.Exa. me garantisse a palavra para encerrar o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - V.Exa. vai ter a palavra para falar. Eu só queria encerrar esse tema.

Reguffe.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - É só um adendo colocado pelo Deputado Henrique Fontana. O Deputado Henrique Fontana disse que os Deputados vão poder fazer emendas ao relatório e às propostas, às PECs. Apenas para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sobre a palavra...

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Não, são só 10 segundinhos. Regimentalmente, uma emenda a uma PEC precisa de 171 assinaturas, que é um terço dos membros da Casa. E é difícil para os Parlamentares conseguirem 171 assinaturas. Então, eu queria apenas pedir ao Relator que abrisse um tempo para conversas pessoais no sentido de tentar melhorar um pouco as ideias colocadas,



que podem vir já no relatório dele, para evitar esse trabalho, que é um trabalho hercúleo de recolhimento das assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sobre isso, a precedência é do Deputado Caiado.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria que V.Exa. me garantisse, então, apenas 3 minutos, para que eu possa concluir o meu raciocínio.

Eu gostaria que o nobre Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Então, está encerrado o tema das mulheres. Agora é sobre a questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Queria ainda um aparte do Deputado...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Vamos tratar do assunto da pauta do Relator.

Sr. Presidente, eu gostaria que o Relator se atentasse para essa matéria. O projeto de reforma política, além de ser polêmico, os nossos adversários sempre usam todas as ferramentas regimentais. E eu acredito que os assessores de V.Exa. vão lhe mostrar que a tentativa de incluir outros temas, que são emendas constitucionais, sem que se tenha criado uma Comissão Especial para isso, é antirregimental. Eles vão morrer no nascedouro, não sobreviverão. Porque infelizmente é preciso todo um ritual, que está muito bem definido no Regimento Interno ou no Regimento Comum, para tramitação das emendas constitucionais.

Como tal, Sr. Presidente, não podemos na emenda destacada, que discute apenas sistema eleitoral, incluir outras matérias. Até porque não pode ser apenas uma concessão do Relator que eu amanhã apresente emendas sobre instrumento de democracia direta, unificação de eleição, suplente de Senador, data de posse, tempo de mandato. Enfim, essas matérias precisam estar consubstanciadas numa PEC apresentada, com número de assinaturas, com a tramitação e apreciação na Comissão de Constituição e Justiça, com a criação de uma Comissão Especial. Tudo bem. Do contrário, eu, como Parlamentar, e qualquer outro Parlamentar aqui, não poderei apresentar emenda estranha ao tema que está pautado. Por mais que o



nobre Relator diga que tem interesse em também tratar outros temas, não é suficiente para nós atendermos às exigências regimentais.

Eu solicito a V.Exa., como Presidente, e também ao nobre Relator que suspendam o prazo da entrega de emendas da PEC nº 10, para que nós possamos, aí sim, ter uma solução regimental da nossa assessoria jurídica, para sabermos como avançaremos e não perdermos o prazo do dia 30, que é o prazo limite do final das 8 sessões.

Como tal, Sr. Presidente, encerro e peço, com a competência que tem o nobre Relator, de plenário e regimental, que reveja a posição, que a analise, para que nós possamos exatamente ter a tranquilidade, para não sermos amanhã surpreendidos com o fato de ela ser vetada por tramitar dentro de um caminho antirregimental e nós sermos privados do direito de apresentar emendas em tempo hábil para tratar esses temas.

Muito obrigado.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Sr. Deputado Caiado, esta reunião é da Comissão que está discutindo o tema reforma política. A decisão que V.Exa. pede eu não posso tomar, porque ela se refere à emenda que está sendo discutida na Comissão Especial.

Então, não temos como suspender os prazos.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Onde todos os membros são membros da mesma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Pois é, mas...

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - E o prazo nos exige exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Mas seria convocar uma reunião da outra Comissão, e o Presidente deliberaria esse prazo que foi dado para as emendas.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Eu queria passar à ordem do dia.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, pela ordem, se me permite.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Deputada Luiza Erundina, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Embora o tema das mulheres esteja encerrado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Não, não foi encerrado, ele foi apenas...

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Não, eu entendi. Eu entendi. Na reunião que houve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Ele vai entrar numa discussão...

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Não, eu sei. Mas eu queria... Até tentei pedir um aparte ao nobre Deputado Ronaldo Caiado, para dar um testemunho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - Tem a palavra V.Exa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Em 2002, eu estava na Comissão Especial cujo Relator era o nobre Deputado Ronaldo Caiado, o Presidente era o Alexandre Cardoso, e eu estava demandada pela bancada feminina. E queria dar o testemunho de que o Relator e a maioria dos membros daquela Comissão foram bastante sensíveis e se convenceram dos argumentos que levamos lá. E dou testemunho de que o Relator, dentro da correlação de forças que havia naquela Comissão, sem dúvida nenhuma incorporou ao seu relatório reivindicações importantes da bancada, não todas as que apresentei em nome da bancada.

É preciso registrar isso, porque a história não pode ser apagada. E o que não ocorreu foi uma abertura, ou seja, uma incorporação por parte da Casa, homens e mulheres, em relação a uma proposta que, na minha avaliação, se, naquele tempo, 11 anos atrás, tivesse sido aprovada, pelo menos alguns dos seus pontos, muitos deles não estariam sendo trazidos agora.

Então, esta Casa tem um pouco esse defeito: acumula. Uma Comissão funciona mais de 1 ano, com um esforço fantástico do Relator, que viajou pelo País inteiro — é preciso que se registre isso — e incorporou propostas de mudança muito importantes, porém não se criaram condições políticas para que se viabilizasse minimamente qualquer mudança.



Então, eu quero dar o meu testemunho, na condição de representante daquela Comissão Especial pela bancada feminina, de que o debate se fez. Os homens que compunham a maioria da Comissão entenderam os argumentos que para lá foram levados. E houve avanço na proposta, mas realmente não teve viabilidade no Plenário da Casa. Portanto, a meu ver corre-se esse mesmo risco em relação a este momento que estamos vivendo aqui. Porque muitas teses que estão sendo defendidas agora, e provavelmente constem do projeto do nobre Deputado Henrique Fontana, já constavam daquele projeto de lei.

Não se trata de hoje as mulheres estarem menos ausentes ou mais presentes. Nós estivemos muito presentes e com um empenho muito grande, não só esta Deputada, mas toda a bancada que me delegou a tarefa, a responsabilidade e o privilégio de representá-la naquela Comissão Especial, naquele momento. Mas a Casa lamentavelmente não costuma dar sequência a resultados de Comissões Especiais. Elas trabalham anos a fio e, lamentavelmente, esbarram numa falta de vontade política da Casa de avançar minimamente não só em temas eleitorais, mas também em questões partidárias e outros temas. Sem o que a nossa democracia vai ficar sempre capenga e nós estaremos sempre a lamentar isso. Falta condição política para se avançar. E nós não devemos permitir que tal situação aconteça, porque estamos gerando uma grande expectativa na sociedade sobre essa questão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Simão Sessim) - A hora é de reparo. Estamos exatamente no momento de reparar aquilo que não aconteceu por ocasião do relatório do Deputado Caiado, apesar da boa vontade de S.Exa.

Vamos passar à Ordem do Dia, convocada com a seguinte pauta: debate sobre afastamento do Parlamentar para exercer cargo executivo e alterações da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, incluindo temas como criação e registro de partidos políticos, funcionamento parlamentar, fidelidade e disciplina partidária, fundo partidário, acesso gratuito a rádio e TV, entre outros.

Há dois Deputados inscritos: Lindomar Garçon e Alfredo Sirkis. O Deputado Reguffe também quer usar da palavra; o Deputado Lindomar já se foi. Vamos então dar a palavra ao primeiro inscrito.



Tem a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, demais colegas, uma observação rápida sobre a questão que discutíamos antes. No sistema eleitoral que eu venho propugnando nessas reuniões, o voto distrital misto plurinominal, sou favorável a que, na parte da lista fechada desta proposta, de fato haja 50% de mulheres em cada uma das listas. Penso que no componente majoritário isso seria impossível de fazer, mas pelo menos dentro do componente proporcional da proposta que 50% deveriam ser ocupados por mulheres, como uma forma de ajudar, numa ação afirmativa, a presença de mulheres no Parlamento brasileiro.

Eu tenho certeza de que estaríamos melhor, em termos de atividade Parlamentar, se maior fosse o componente feminino. Não só porque as mulheres aportam um olhar diferente e mais sutil sobre uma série de temas da vida política do nosso País, como de fato é importante a sua presença que é inibida pelos atuais mecanismos. É mais difícil para as mulheres fazerem tudo o que tem de ser feito para, no quadro do sistema atual, do voto individual nominal, que praticamente só existe no Brasil, consigam obter massa crítica também em termos de arregimentação da questão espinhosa de finanças de campanha, etc., etc., para poderem confrontar a vida política nas mesmas condições que os homens. Então eu sou favorável a que, no componente lista fechada da proposta que eu venho formulando, 50% sejam ocupados por mulheres.

Em relação às outras questões, não acho que deva-se privar os detentores de cargo parlamentar da possibilidade de ocupar cargo executivo. Como parlamentarista que sou, penso até que no sistema ideal deveria haver uma situação de corresponsabilidade do Parlamento no exercício do Poder Executivo. É claro que isso não existe. Duas vezes na história do nosso País optamos — a segunda, contra o meu voto —, pelo sistema presidencialista de governo. De qualquer maneira, penso que não deve ser um óbice, como não é hoje, para o exercício de uma função executiva num determinado momento o fato de o indicado ser um Parlamentar.

Em relação à Lei Orgânica dos Partidos, conforme eu já disse aqui, sou favorável a que de fato se reduza a quantidade de óbices burocráticos e de dificuldades para a criação de partidos políticos. Penso que hoje nosso sistema é altamente restritivo e, sem que haja uma abertura total, porque isso de fato



complicaria a vida política no País, penso que deve-se rumar para uma menor restrição.

Por outro lado, penso que, ao trabalharmos a Lei Orgânica dos Partidos, também temos que levar em conta uma série de novidades que não existiam na época em que ela foi elaborada. Eu me refiro a tudo o que foi trazido pela Internet. Hoje em dia, é cada vez maior a participação cidadã via redes sociais... É perfeitamente possível os partidos adotarem um processo de participação e de tomada de decisões pela Internet, devendo, no entanto, haver, como em outras atividades, notadamente na bancária, mecanismos de segurança, de certificação, para que de fato essa participação seja idônea e não haja, por exemplo, fraudes cometidas por pessoas que, numa convenção partidária, eventualmente votariam mais de uma vez. E por aí vai.

Hoje, nós do Partido Verde estamos envolvidos num debate penoso em relação a essa questão. Queremos iniciar o processo de democratização do nosso partido através de convenções municipais com o voto de todos os filiados de um determinado Município, e seria, evidentemente, interessante podermos utilizar essas novas ferramentas. Essa é uma discussão internacional.

Eu vejo na imprensa que o meu querido amigo Daniel Cohn-Bendit, dirigente dos verdes tanto franceses quanto alemães, foi derrotado na sua proposta de utilizar o voto pela Internet como mecanismo do processo de tomada de decisão dos verdes franceses em relação às eleições presidenciais na França, onde despontam já dois candidatos — nenhum deles é o Dominique Strauss-Kahn, que é do Partido Socialista e certamente não será candidato —, Nicolas Hulot, um ecologista independente com espaço muito grande na televisão francesa, e Eva Joly, uma juíza com algumas semelhanças, em termos da trajetória, com a nossa Denise Frossard. Os dois são candidatos. O Daniel Cohn-Bandit acha que nesse processo deve haver, além dos votos dos convencionais que terão participação presencial, também a possibilidade de voto pela Internet. É claro que o voto pela Internet pressupõe segurança, um tipo de certificação, para que as pessoas só possam votar uma vez, para que só os filiados possam votar, etc.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado, V.Exa. me permite um aparte?



O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Esse é um tema sobre o qual eu tenho me debruçado bastante, e de fato quero pedir sugestões aos colegas. Para haver segurança, teria de ser feito um pré-credenciamento de quem fosse usar um endereço eletrônico para votar, etc. É um tema muito importante esse que V.Exa. traz ao debate. E peço a ajuda de todos, porque nós, a Relatoria e a própria Consultoria, ainda não estamos seguros se queremos adotar algum mecanismo desse tipo na proposta a ser apresentada no relatório.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Muito bem, Sr. Relator Henrique Fontana. Penso que vai ser uma contribuição muito importante de V.Exa. se, ouvida uma série de sugestões, puder formular uma proposta concreta nesse sentido.

Como eu vejo a questão? O mundo hoje se move por essas redes. Segmentos que não participam tradicionalmente da política partidária e convencional vêm se mobilizando muito por meio dessas redes. Por outro lado, temos hoje, tecnologicamente, acesso a mecanismos de certificação bastante seguros e, se existe segurança para se fazer uma operação bancária pela Internet, evidentemente também existe, pelo menos em tese, a possibilidade de uma votação segura pela Internet, que poderia ser iniciada no âmbito dos partidos e que, futuramente, poderia servir ao processo eleitoral propriamente dito, até para as eleições propriamente ditas. Pode chegar o momento — e já existe base tecnológica de segurança para isso — em que as pessoas poderão votar em casa nas eleições presidenciais, parlamentares e outras.

Então, estamos entrando num campo em que a política está extremamente atrasada e em descompasso em relação à vida real, com prejuízo para todo o segmento jovem da população, que desejaria participar da vida política, mas que se sente pouco à vontade, inibido, e até com certo grau de rejeição diante dos mecanismos clássicos: reuniões, assembleias, comícios, todos esses mecanismos que nós, que tivemos nossa infância nos anos 50 e 60, tivemos em nossa formação política. Eu cheguei a assistir a comícios da campanha de 1965 para o Governo do Rio de Janeiro, Flexa Ribeiro *versus* Negrão de Lima, e a alguns outros comícios anteriores ao Golpe de 64. Mas, hoje, essas formas são cada vez mais substituídas,



se não total, mas parcialmente por novas mídias, por mobilizações feitas nas redes sociais, por consultas feitas na Internet.

Há, portanto, um novo campo que precisa ser estudado, e, para que possa ser incorporado à democracia, tem que oferecer mecanismos seguros: um voto por eleitor, que não haja possibilidade da fraude, ou seja, que um *racker* não entre no sistema e deturpe sua direção ou resultado. Tudo isso me parece pertinente de ser discutido agora, entendendo que estamos preparando uma lei não só para os tempos presentes, quando isso já é uma realidade importante, mas para os tempos futuros, quando isso será uma realidade cada vez mais importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Reguffe, pelo prazo de 5 minutos, prorrogáveis.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, primeiro, quero registrar minha posição favorável ao incremento da participação da mulher na política, e o faço sem nenhum demérito às Deputadas Luiza Erundina e Rosane Ferreira, extremamente sérias, tampouco à luta da Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, no sentido desse incremento.

Com relação à Ordem do Dia de hoje, eu quero colocar a minha opinião no seguinte sentido: primeiro, o afastamento do Parlamentar para exercer cargo executivo — e isso foi assunto de uma das sete propostas que protocolei nesta Comissão, como sugestões ao nobre Relator —, concordo com o Deputado Sirkis sobre que, no regime parlamentarista, a formação de Governo se dá dentro da maioria parlamentar. Daí, na minha opinião — e, no plebiscito de 1993, eu votei pelo Parlamentarismo —, isso se justificaria. Agora, no regime Presidencialista, nosso atual regime, ou a pessoa está no Poder fiscalizador ou está no Poder fiscalizado.

No nosso regime, o Poder Legislativo moderno é cada vez mais fiscalizador e cada vez menos legislador, até porque vai chegar o momento em que já haverá leis demais, e não será preciso fazer novas leis, apenas fazer com que as que já existem sejam cumpridas. E o Poder Legislativo assumirá um caráter cada vez mais fiscalizador. Nesse sentido, não pode, dentro do regime Presidencialista, a pessoa num dia estar no Executivo, no outro, no Legislativo e, no seguinte, de volta ao Executivo. Isso gera frustração aos próprios eleitores que a elegeram para um determinado cargo.



Também, Sr. Presidente, Sr. Relator, nas cidades pequenas e mesmo em assembleias legislativas, isso acaba sendo um instrumento perverso de formação de maioria parlamentar do Governador e dos Prefeitos. Eles chamam várias pessoas para compor as Secretarias de Estado, colocam os suplentes e alcançam a maioria parlamentar, às vezes com interesses escusos.

Então, eu penso que, dentro do regime Presidencialista, o correto é que, se a pessoa eleita para o Legislativo quiser ir para o Executivo, ela tem todo o direito de fazê-lo, mas deve renunciar ao cargo. Aliás, eu não estou propondo nada original, em outros países do mundo é assim. Eu já disse nesta Comissão que, nos Estados Unidos, quando o Presidente Barack Obama convidou a então Senadora pelo Estado de Nova Iorque Hillary Clinton para ser Secretária de Estado, o equivalente a Ministro das Relações Exteriores no Brasil, ela teve de renunciar ao mandato de Senadora para assumir o novo cargo no Executivo, que é próprio do regime Presidencialista.

Com relação à Lei Orgânica dos Partidos Políticos, quero apenas trazer um ponto que gera muita controvérsia, a título de sugestão para o Relator. Existe — e, se houver o financiamento público, vai aumentar — uma dúvida, uma suspeição muito grande por parte de setores expressivos da sociedade com relação à aplicação dos recursos públicos do Fundo Partidário. Ninguém vê uma prestação de contas transparente por parte dos partidos políticos do País.

Minha sugestão é muito simples: que seja colocado como marco legal que todos os recursos do Fundo Partidário estejam disponíveis em meio eletrônico, na Internet, discriminados os valores que o partido recebeu e como gastou cada centavo desse dinheiro: CNPJ ou CPF de cada beneficiário e o motivo da transferência, que pode ser a compra de uma caneta e quanto ela custou. Cada saída de caixa deve estar disponível para consulta de toda a sociedade.

Temos aqui presentes Deputados extremamente experientes e influentes. Mas, se eu lhes perguntar quanto seus partidos receberam do Fundo Partidário, muitos não saberão responder. Agora, se eu lhes perguntar como foi gasto esse dinheiro, aí é que pouquíssimos saberão responder.

Já que estamos falando de recursos públicos, acho justo que a sociedade tenha conhecimento de como é gasto cada centavo desse dinheiro, que, afinal, é



dela. Acho que é uma prestação de contas que tem que ser feita não só a organismos de controle, mas também à sociedade. Repito: acho que a sociedade tem o direito de saber como é gasto esse dinheiro, já que é dinheiro público.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Tem a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Marcelo Castro. Em seguida, Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados, eu vou seguir os colegas que, em vez de tratarem do tema de hoje, ainda se mantiveram no assunto da pauta do dia, o da participação das mulheres.

Mesmo sabendo que não vou agradar às mulheres, faço isso com muita convicção da posição que tenho a respeito da questão de cotas.

A participação das mulheres nos parlamentos do mundo inteiro é muito pequena, as mulheres são sub-representadas nos parlamentos de todo o mundo. Isso é uma regra geral. Para ser mais exato, o número que eu tenho é de que as mulheres se fazem representar em apenas 18% das vagas dos parlamentos mundiais.

O Brasil é uma coisa: não há sentido que aqui nós tenhamos apenas 9% de mulheres na Câmara dos Deputados. É um índice vergonhoso, que chama atenção internacionalmente. Por que o Brasil, um País relativamente desenvolvido, relativamente industrializado, um País sem castas e sem problemas graves de cisão, de religião ou outras coisas mais, tem uma representação das mulheres tão pequena?

Para que eu possa desenvolver o meu raciocínio, quero invocar a cota de negros que aqui criamos para as universidades. Nós criamos essas cotas simplesmente porque são negros? Não, nós criamos porque achamos que eles não teriam instrução suficiente para competir com os demais, com os brancos. E eles não têm instrução suficiente por quê? Por que são negros? Não, porque poderiam ser negros e ricos e ter instrução suficiente. Nós criamos essas cotas porque eles são pobres.

Então, teríamos de criar cotas para todos os pobres? Criamos para os negros porque eles são pobres e, mais ainda — isso é uma *mea-culpa* que o Estado faz —, o Estado não tem escolas públicas de nível competitivo. Portanto, quem estuda nas



escolas particulares — e estudam os mais ricos, que são brancos — leva vantagem sobre os demais.

Então, a razão de se criarem essas cotas foi exatamente para reparar uma deficiência que existe entre os negros, não pelo fato de serem negros simplesmente. Se alguém não concordar comigo...

Agora, vamos criar uma cota para as mulheres simplesmente porque são mulheres? Não, qual a diferença entre ser mulher ou ser homem? Não tem diferença nenhuma, essa questão de gênero não tem maior significação.

O problema não está na questão do gênero, o problema está em nosso sistema eleitoral. Se o Brasil tivesse escolas públicas de boa qualidade, ninguém estaria falando em cota para negros. Se nós tivéssemos um sistema eleitoral que permitisse que todos se manifestassem livremente, em que não houvesse primazia ou participação maior do poder econômico, não haveria necessidade de estarmos discutindo aqui cotas para as mulheres. Esse é o meu ponto de vista.

Eu entendo que, se nós colocarmos aqui o sistema de lista fechada com financiamento público de campanha, Deputadas Luiza Erundina e Rosane Ferreira, essa questão se diluirá completamente. Não é preciso que a lei diga que deve haver um homem e uma mulher ou uma mulher e um homem. Não há necessidade disso, porque os próprios partidos políticos vão querer se apresentar com a imagem, como reflexo de seus eleitores. Então, vai haver o partido machista, que apresentará uma lista de homens; vai haver o partido feminista, que apresentará uma lista de mulheres; e vai haver aqueles partidos mais equilibrados, que apresentarão uma lista de homens e mulheres, de negros e brancos, de professores e alunos, de empresários e de trabalhadores. Por quê? Porque eles vão querer o voto de todos e têm que fazer campanha. Se um partido não apresentar o trabalhador em sua lista, o outro partido adversário vai dizer: *“Olha, isso é partido dos burgueses. Por que vocês vão votar no partido dos burgueses? Não tem um trabalhador na chapa!”* Ou então: *“Esse partido aí é partido só de homens, partido de machistas, não tem uma mulher na chapa. Como é que vocês não representam?”* E ainda: *“Qual é o homossexual aqui dessa lista? Não tem nenhum homossexual? Que história é essa? Esse partido está por fora! Eu não voto nesse partido, porque ele desrespeita os homossexuais.”* E assim, cada um vai fazer a sua campanha.



Então, quero aqui pedir vênia às mulheres por me colocar contra tal participação, mesmo porque não há necessidade dessa limitação. E se a sociedade amanhã resolver que o Parlamento deve ter 60% de mulheres e não 50%? E se ela resolver que deve ter 70%, 80%, 90% ou 100% das mulheres? Nós temos de deixar a vontade do eleitor, que é a autoridade.

Eu tenho me manifestado nesta Comissão, desde o início, no sentido de que se libere ao máximo, se dê oportunidade ao máximo de as pessoas se candidatarem e se representarem e de o eleitor escolher com a mais ampla liberdade.

Sr. Presidente, espero não ter ofendido as minhas colegas mulheres, por quem tenho tanto apreço. Eu trabalho e luto para que nós tenhamos uma representação muito mais significativa do que a de hoje. Acho que envergonha internacionalmente o nosso País o fato de termos tão baixa participação das mulheres.

Quanto ao tema em debate — afastamento de Parlamentar para o exercício de cargo executivo —, eu acho que não traz nenhum prejuízo mantermos as regras que temos hoje. Não vejo necessidade de mudança.

Com todo respeito ao argumento feito pelo Deputado Reguffe, acho que, com isso, não vamos melhorar nada. O que eu penso? Que nós precisamos fazer uma reforma política? Precisamos, todos estamos de acordo em que o sistema que temos aqui não atende mais às necessidades da sociedade. Mas não se trata de fazer qualquer reforma política; nós temos que fazer uma reforma política que melhore. Se não for para melhorar, não adianta.

A Deputada Erika Kokay saiu, mas eu teria uma coisa a dizer especificamente a ela. No sistema atual, as mulheres só vão ter participação equivalente à dos homens quando elas tiverem tanto dinheiro quanto os homens têm hoje, quando elas forem cabeça do casal. Aí, sim. Não sendo... O que mais influencia no sistema de hoje é o sistema econômico, sobretudo nos cargos proporcionais.

O outro item da pauta é a alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Sem dúvida, nobre Relator, nós precisamos também adentrar essa área. Eu tenho um caso lá do nosso Estado do Piauí, onde alguns partidos políticos nunca deixam os diretórios se formalizarem. Então, um partido é constituído em 150 Municípios do



Estado do Piauí, todos com comissões provisórias. Ora, não pode uma coisa dessas! Isso é uma excrescência, é uma coisa intolerável.!

O sujeito filiado a um partido não tem a menor segurança de estar naquele partido, porque o dono do partido, no dia seguinte, pode desmanchar aquela comissão provisória e renovar com outros nomes. Na véspera da eleição, se alguém quiser ser candidato, não pode, o diretório regional lá se reúne e diz: *“Não é mais você. Bota outra pessoa.”*

São coisas de que precisamos tratar no sentido de simplificar ao máximo, de desburocratizar ao máximo e, sobretudo — pelo amor de Deus, essa é a nossa missão precípua nesta Casa —, fazer leis claras, que não deem a dubiedade de interpretações que hoje vemos nos tribunais eleitorais, pois cada um entende como quer.

Nós poderíamos citar aqui 500 exemplos, mas eu vou falar só de um caso que aconteceu recentemente no Piauí: a nossa Constituição diz: que:

“Art. 14.....

§ 7º São inelegíveis (...) o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador (...), de Prefeito”, na jurisdição do titular, “salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”

Certo Prefeito no Piauí tinha um amigo que passava uns períodos na sua casa e, como eram muito amigos, resolveu fazê-lo se candidatar à Prefeitura, para sucedê-lo. Ele botou o apelido no camarada de Júnior Sindô — porque era o nome do Prefeito —, para fazer a campanha e poder dizer: *“Fulano vai continuar aqui, eu fui um bom Prefeito, fui eleito duas vezes. Ele é como se fosse um filho meu. O Júnior Sindô, vai continuar o meu trabalho.”* Os adversários aproveitaram isso e alegaram, na Justiça Eleitoral, que ele era filho do Prefeito — filho de fato, não filho direito.

Nobre Relator, com todo respeito à Justiça Eleitoral, existe a mulher de fato, que está na nossa Constituição. O sujeito tem uma relação estável com uma mulher e, às vezes, têm filhos juntos. Então, ela tem os mesmos direitos e, por conseguinte,



os mesmos deveres e proibições da mulher legal. Por quê? Porque, de fato, ele é casado com ela. Ela participa de todos os direitos que a Constituição assegura.

Pois bem, a Justiça Eleitoral do Piauí decidiu que ele era filho de fato do Prefeito. Seu mandato foi cassado e assumiu o segundo colocado.

(Não identificado) - Filho de adoção.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - O que a Constituição diz? Cônjugue? Ele não era cônjugue. Parente consanguíneo? Ele não era consanguíneo. Ele tem pai registrado em cartório. Ele não é filho anônimo; tem pai registrado e mãe registrada, tem tudo. Ele não era consanguíneo; ele não era parente afim; ele não foi adotado; não houve um processo de investigação de paternidade. Mas a Justiça Eleitoral diz que ele é filho de fato.

Eu disse: “*Quando for para Brasília...*” Isso é uma loucura completa. Mas, chegou aqui em Brasília, cacete de novo. O Tribunal Superior Eleitoral confirmou, com um voto de minerva, que ele era filho de fato. E a questão agora vai ao Supremo, onde o Ministro Luiz Fux já...

Então, temos de aprender a fazer leis, e os Tribunais Superiores têm de entender que, aquilo que não legislamos, nós não legislamos porque não quisemos, ou não acrescentamos mais uma coisa porque não quisemos acrescentar. Quando colocamos na Constituição o cônjugue, o parente consanguíneo, afim ou por adoção, é porque só queríamos contemplar isso.

Se for nessa extensão, Deputado Henrique Fontana, o que vai acontecer? Eu conheço um caso no Piauí, de um camarada que foi Prefeito e queria continuar no cargo. O que ele fez? Colocou para ser candidato a Prefeito, no seu lugar, o vaqueiro que cuidava da sua fazenda e o elegeu. Por que ele elegeu o vaqueiro? Porque ele estava certo de que tinha uma subordinação, que o vaqueiro obedeceria às suas ordens e, na Prefeitura, iria fazer o que ele quisesse. Isso pode ocorrer porque a lei não impede, qualquer um pode ser candidato.

Então, esse filho de fato (*risos*), que aconteceu...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas a reforma não tem como resolver tudo isso, só a democracia. Apenas fiz uma brincadeira.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É claro, não tem.



Eu quero, Henrique, que as leis que fazemos aqui — desde o tempo em que eu era Deputado Estadual, sempre tive esse cuidado — sejam redigidas com um português bem claro, para que não possam dar margem a nenhuma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - A Constituição elenca os casos em que o Deputado ou Senador perderá o mandato. Em nenhum dos incisos está dito que o Deputado Federal ou Senador perderá o mandato se mudar de partido. Daí o tribunal se reúne e diz: *“O mandato pertence ao partido; se mudar, perde.”*

Então, como vamos legislar agora? Vamos parecer ridículos diante do mundo inteiro. Teríamos de fazer uma legislação positiva e uma legislação negativa, ou seja, *“O Senador e o Deputado perderão o mandato nas seguintes circunstâncias: § 1º. O Senador e o Deputado não perderão o mandato se mudarem de partido.”* Pelo amor de Deus!

Se estou dirigindo um carro e vejo uma placa indicando para seguir em frente ou dobrar à direita, está mais do que óbvio. Não é preciso colocar uma placa em seguida, indicando que é proibido dobrar à esquerda, pois todo mundo tem inteligência para entender. Se é permitido seguir em frente ou dobrar à direita, eu só posso seguir em frente ou dobrar à direita, não é preciso a redundância de dizer que é proibido dobrar à esquerda.

Mas, com os tribunais que nós temos infelizmente, talvez precisemos de fazer duas placas: pode seguir em frente e pode dobrar à direita; ou não pode dobrar à esquerda. Senão, eles vão interpretar do jeito que querem e vai continuar toda essa insegurança jurídica de hoje .

Sr. Presidente, desculpe-me por ter me estendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Há ainda a inscrição do Deputado Sandro Alex, que vai ser o próximo a usar a palavra. Depois falará a Deputada Rosane Ferreira.

Eu estou inscrito para dar algumas informações sobre o que tenho ouvido nas audiências públicas. Aproveitando a presença do Relator, eu gostaria de dar alguns informes.



Como ainda temos de deliberar sobre um requerimento ao final, a minha preocupação é de que, ao se iniciar a Ordem do Dia no plenário, tenhamos de suspender a reunião. Portanto, os trabalhos ficarão prejudicados.

Está aqui o Deputado Lindomar Garçon, portanto, aproveitando a presença de S.Exa., iremos submeter à apreciação de todos o requerimento para realização de uma audiência pública no Estado de Rondônia.

Com a palavra o Deputado Sandro Alex pelo prazo regimental de 5 minutos, prorrogável por alguns minutinhos.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado.

Presidente Edinho Araújo, Relator Deputado Henrique Fontana, Sras. e Srs. Parlamentares, o primeiro tema para o debate de hoje é o afastamento de Parlamentar para exercer cargo executivo.

O PPS, Sr. Relator, apresentou um projeto de reforma política e, entre os pontos que o partido elenca, há uma proposta de emenda à Constituição que trata exatamente da perda do mandato de Deputado ou Senador que for investido no cargo de Ministro, Governador, Secretário, chefe de missão diplomática.

A alteração seria no art. 55 da Constituição Federal, que dispõe sobre a perda de mandato do Deputado ou Senador e traz vários incisos. Estamos incluindo o inciso VII, que diz: *“Que for investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.”*

Essa proposta do PPS é no sentido de que seja evitada a dança de cadeiras que acontece entre os Poderes, Sr. Relator. Não dá mais para admitirmos a maneira como os Poderes estão se confrontando.

Veja bem, há casos em que o Deputado se licencia ou passa a ocupar outros cargos e assume o suplente que, muitas vezes, é um suplente tampão, sem poderes totais. O titular exige dele mais do que deveria, mas, quando da época de emendas parlamentares, volta e assume a cadeira, para colocar rubricas no Orçamento. Na minha opinião, isso é um desrespeito com o suplente.

No *site* da Câmara dos Deputados — www.camara.gov.br —, está o nome do Parlamentar, seu partido e se ele é titular ou suplente. Está lá: Sandro Alex, titular. Se eu fosse suplente, estaria escrito *“Suplente”*. Não sei o porquê disso, pois, se o



Parlamentar está no exercício do mandato, ele é titular do cargo. Todos nós somos titulares; é uma discriminação, como se o suplente fosse menos do que o titular.

Temos de analisar essa questão. Por que colocar suplente? Ele está exercendo sua função, ele é Deputado Federal ou Deputada Federal.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Sandro Alex, V.Exa. me concede um aparte?

Exatamente dentro de seu raciocínio, também acho que, com relação a essa substituição, o Deputado que se afasta para assumir cargo no Executivo fica ao sabor do Executivo, seja do Estado ou do Governo Federal. Veja bem, ele faz uma verdadeira dança: ele vai; quando há uma matéria importante para votar aqui, se for do interesse do Governo, ele assume um dia; e sai novamente.

Eu sou totalmente contra o fato de que Deputado ou Senador exerça mandato executivo durante o período para o qual foi eleito para mandato legislativo. Sou contra isso até porque a situação do suplente fica desconfortável na época das emendas, na época de matérias importantes, quando o titular assume exatamente para fazer o jogo do Governo ou por interesse do Governo ou da Oposição.

Era esse o meu aparte.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Muito obrigado, Deputado.

É justamente neste sentido: Deputado suplente, Sr. Relator, é considerado menor do que o titular. É um desrespeito!

Na nossa proposta, o titular tem todo o direito de ser Ministro, de ser Secretário, de ocupar um cargo importante. Mas ele vai ter que abrir mão do seu mandato. Isso demonstra respeito entre os Poderes e respeito para com o suplente que vem exercer, de forma eficaz, o seu direito de ocupar aquela cadeira.

O Partido Popular Socialista – PPS tem essa preocupação. Por isso, tivemos, na nossa proposta de reforma política apresentada ao Relator, justamente a ideia de acrescentar ao art. 55 da Constituição o inciso VII, que fala sobre o cargo de Ministro, Governador, Secretário.

Com relação à alteração da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, nós temos realmente que repensar, Sr. Relator, o que acontece em alguns Estados, pois se aproxima da ditadura — seria uma ditadura partidária. Nós temos que dar mais transparência e mais fiscalização aos partidos. Fundo partidário também é dinheiro



público. Eu não sei se nós fazemos prestação de contas como os governos fazem. Será que os partidos também fazem? Será que existe fiscalização para com esse dinheiro público?

Nesta oportunidade, quando estamos discutindo, a sociedade nos cobra, através da OAB e dos movimentos, um posicionamento sobre essa alteração da Lei Orgânica.

Eu agradeço os 5 minutos, Sr. Presidente. Desculpe-me por ter ultrapassado um pouco, mas era muito importante. Eu gostei muito de falar sobre essa questão dos suplentes, porque eles são tão titulares como qualquer um de nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Vou tentar ser muito rápida.

Primeiramente, Deputado Marcelo Castro, eu gostaria de deixar claro o que eu coloquei sobre a situação do Paraná, quando da minha intervenção com relação à participação das mulheres no poder político.

Em 1947, nós elegemos, no Paraná, a primeira Deputada Estadual — em 1947— e, em 2007, eu me elegi Deputada Estadual. Nesse período, passaram-se 60 anos. Até a minha eleição, e com a minha eleição, somamos, naquele Parlamento, 15 mulheres. Só para deixar claro, nesse mesmo período, nós elegemos, no Paraná, 898 homens. Neste momento, a Assembleia Legislativa do Paraná tem 54 cadeiras. O máximo de participação feminina que nós conseguimos naquele Estado, até então, foram quatro cadeiras — na legislatura passada, quando eu ocupava uma, e nesta, que foi renovada com uma mulher.

Isso é apenas para deixar mais clara a minha intervenção sobre a questão, porque acho que não fui bem entendida.

Com relação à pauta de hoje — eu também tenho que tomar bastante cuidado sobre como usar as palavras —, eu não quero ser o “*samba de uma nota só*” nesta Casa. Mas, desde o primeiro momento em que estive nesta Comissão, tenho batido sistematicamente no tema das eleições concomitantes, para que possamos ter eleições federais, estaduais e municipais numa única vez. Isso tem



relação justamente com essa questão do afastamento de Parlamentar para exercer cargo executivo.

Eu converso com alguns Deputados e Deputadas comprometidos em disputar eleições nos próximos anos e vejo que o enfoque e a participação nesta Casa é diferente, o envolvimento com as questões nacionais é muito menor por parte desses Parlamentares. É pertinente isso, pois o que realmente importa é o envolvimento com a base, com aqueles que lhes trariam voto lá no Município em que pretendem disputar as eleições.

Eu também tenho duas situações *sui generis* a apresentar. Nós só temos um Senador eleito no Congresso, que é suplente: o Senador Paulo Davim — um excelente Senador, diga-se de passagem, mas que é suplente.

Vivemos ainda a seguinte situação: a nossa Senadora Gleisi, a nossa primeira Senadora eleita pelo Estado do Paraná, deixa o Senado para assumir a Casa Civil e é substituída por um Senador absolutamente desconhecido de todo o Estado, ninguém sabia dele. Eu espero que ele faça um grande trabalho e estou torcendo para que tudo dê certo, assim como ficamos muito felizes com a escolha da Senadora Gleisi.

Mas eu não tenho dúvida de que essas coisas são distorções — e isso não é bom para a nossa democracia. São distorções, sim. Senadores acabam assumindo um mandato sem terem compromisso, sem pedirem voto, sem irem à luta, sem se fazerem conhecidos, sem fazerem conhecer o que pensam. É complicado.

No Senado, nós tínhamos apenas 12 Senadoras. Deixamos de ter duas e seremos só dez, porque mais uma Senadora — eu creio que do Estado do Mato Grosso — também deixa a Casa para assumir uma vaga no Tribunal de Contas daquele Estado. Com absoluta certeza, essas mulheres farão falta no Senado.

Portanto, quando eu falo das eleições concomitantes, uma das nossas preocupações é esta: que nós possamos exercer... Eu tenho muita vontade de ser Prefeita da cidade onde eu moro. Isso é muito claro, foi por essa razão que, um dia, eu entrei na política. Os caminhos me levaram cada vez mais longe, mas, neste momento, eu tenho sofrido muita pressão para disputar as eleições municipais.

Eu quero encerrar falando de algo que eu não acho isso justo para as cidades do entorno da cidade onde moro, que votaram em mim. Ao lado da minha cidade —



Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba —, há uma cidadezinha muito pequena, chamada Contenda, menorzinha ainda, onde eu tive 24% dos votos. Não acho justo que eu blefe e, neste momento, deixe de representar essa cidade e de brigar pelas questões fundamentais de lá — como a falta absoluta de saneamento básico —, para ir disputar pelo meu sonho. Eu não posso blefar com as pessoas. Mas, é uma questão minha, muito pessoal — e eu respeito as pessoas que pensam diferentemente.

Eu quero me somar ao Deputado Reguffe, Deputado Simão Sessim e Deputado Sandro Alex e dizer que realmente sou contra o afastamento dos Parlamentares.

Neste momento, respeitamos e torcemos muito para que a coisa se dê da melhor maneira possível, porque essas são as regras do jogo. Mas, se pudesse, eu gostaria de mudar as regras para o futuro.

Com relação à alteração da Lei Orgânica dos Partidos...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputada Rosane, eu só lhe pedir um aparte. Não quero abrir a polêmica hoje, mas continuo convicto de que nós podemos mudar, se quisermos.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Ótimo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não quero resolver a questão de ordem, mas a minha visão é de que esta Comissão pode mudar.

Apenas quero que não pare a ideia de que o Relator está abrindo mão dessa hipótese.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Muito obrigada.

Com relação à alteração da Lei Orgânica dos Partidos, a Lei nº 9.096, de 9 de setembro de 1995, que regulamenta os arts. 14 e 17 da Constituição Federal, é clara ao dizer:

“Art. 3º. É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.”

Aí está o problema, pois cada um faz o que quer.

Finalizando, Deputado Edinho, uma pesquisa feita em 2009 e publicada em 2010, pelo IBOPE, analisou as 40 instituições de maior confiabilidade dos



brasileiros. Em primeiro lugar estavam os Corpos de Bombeiros. A instituição que os brasileiros mais confiam, ironicamente, apesar de todos os problemas que tivemos no Rio de Janeiro, eram os Corpos de Bombeiros. E, em último lugar, no rodapé da pesquisa, estavam os partidos políticos — o último. É a instituição de menor confiabilidade da sociedade brasileira, e nós temos que trabalhar para mudar esse cenário. Nós temos que trabalhar para conseguir avançar e mudar essa situação. E é por isso que precisamos, sim, alterar a lei orgânica dos partidos para que eles tenham um mínimo de compromisso ético e democrático; principalmente o democrático a gente tem de assegurar.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Pois não, Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu sei que não me inscrevi, mas peço a palavra por dois minutos só para reforçar a posição da Deputada Rosane, do Deputado Reguffe, do Deputado Sandro, que é também a nossa, com relação à possibilidade de o Deputado ou o Senador se afastarem para exercer cargo no Poder Executivo. É para reforçar uma consideração do grande pensador e cientista político, Prof. Torquato, quando ele diz em artigo no *Estadão*:

“Trata-se, aqui, de perguntar se é legítimo e ético, embora seja legal, um deputado ou um senador “virar as costas” a seus eleitores e aceitar convite para exercer outras funções - convite esse resultante, em boa parte dos casos, de um processo de loteamento de cargos públicos, no qual vale mais o peso financeiro e político do órgão cobiçado e menos a competência do escolhido.”

Eu acho que esse pensamento do Torquato é exatamente sobre o que vem acontecendo. A Deputada Rosane citou o caso do Suplente de Senador, que é muito pior do que os casos de Deputados. Neste caso, ainda fica a discussão se assume outro da coligação, se não assume. Mas no caso do Senador é implícito que fica o Suplente que não participou da eleição. Praticamente ele é colocado ali porque ou é filho do titular, ou é parente, ou reforçou financeiramente a campanha do titular.



Enfim, isso é injusto com relação àqueles que disputam a eleição e — continuo dizendo — desconfortável para o Suplente que assume.

Com relação aos partidos políticos, eu queria lembrar ao Relator que podíamos pensar bem no que o Deputado Marcelo Castro levantou. Realmente, os partidos estão vivendo hoje de comissões provisórias. É preciso a gente acabar com isso dando um prazo bem exíguo, bem pequeno, para que as comissões assumam só em caráter de substituição por morte ou por renúncia de titulares eleitos por convenções partidárias. Acho que não pode.

Há partidos em que as comissões provisórias se estendem às vezes por um, dois, três anos. Eu não conheço bem a legislação com relação a essa parte, mas acho que V.Exa. poderia aceitar como sugestão dar um prazo bem limitado, um prazo suficiente para marcar nova convenção e substituir os que renunciam, os que terminam o mandato ou aqueles que falecem ou saem das comissões provisórias.

Eram essas as sugestões nos dois assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Deputado.

Meu caro Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero dizer uma palavra sobre a audiência pública de Campo Grande, uma audiência na Assembléia Legislativa, na última quinta-feira à noite, com a presença da maioria dos Deputados Federais do Estado. Essa audiência foi articulada pelo Deputado Fabio Trad, do PMDB do Mato Grosso do Sul, com a presença do Deputado Biffi, do PT daquele Estado, do Geraldo Resende, do PMDB, do Deputado Giroto, do PR do Mato Grosso do Sul, e do Reinaldo Azambuja, do PSDB. Estavam presentes também o Senador Delcídio do Amaral, inúmeros Deputados Estaduais, Vereadores, Prefeitos do Estado. A reunião contou com a presença dos movimentos sociais de inúmeros partidos, e o debate durou mais de 3 horas, meu caro Relator. Também contou com a presença de Deputados desta Comissão: o Deputado Alceu Moreira, o Deputado Bonifácio de Andrada, o Deputado Vicente Cândido, o Deputado Danilo Forte e o Deputado Delegado Protógenes. Eu tive a honra de presidir essa reunião, porque o Presidente não pôde estar presente, mas também dividi a Presidência com nossos colegas Parlamentares. Foi uma reunião extremamente participativa, com cobertura da imprensa. Portanto, gostaria de registrar essa audiência pública exitosa que se deu em Campo Grande, na última quinta-feira, à noite.



Aproveitando, meu caro Relator, Deputado Henrique Fontana, a presença de V.Exa. e a dos colegas, eu gostaria de transmitir algumas informações e algumas observações que me parecem importantes sob o ponto de vista prático. O que é que eu tenho ouvido muito nessas audiências — e tenho participado de quase todas as audiências públicas que a Comissão tem realizado? A observação de alguns partidos é a seguinte: “Levem para o Relator, levem para a Comissão a questão da contratação de cabos eleitorais”. Dizem que isso é uma loucura. Compram-se os mandatos com a contratação de cabos eleitorais. É uma questão prática. Mas os depoimentos são uma coisa impressionante. Depois, eu os anoto e converso com as pessoas, no particular, para saber, para entender bem a questão.

Meu caro Relator, companheiros e colegas de Comissão, eu já ouvi falar de campanhas que custam 10 milhões de reais para Deputado Federal. Dez milhões de reais! Confessam e me dizem. Ouvi uma observação interessante. Um Deputado disse o seguinte: “Nós aqui não temos mais contato com o eleitor”. Mas eu perguntei: “Como isso? Como assim? Não tem contato com o eleitor?”. “Não, porque antes, quando tinha “showmício”, a gente via o eleitor, a gente falava com ele. Havia o *show*, a gente aproveitava o meio do *show* para se comunicar com o eleitor. Agora, nós temos que contratar o agente político. Portanto, é ele, é o Vereador, é a dobrada o estadual, que é o candidato — o Federal falando —, portanto, nós não tem mais contato com o eleitor. Então, a questão de acabar com o *showmício*, positivo, tudo bem. Mas o problema é que ficou a válvula da contratação do agente político.

Eu gostaria de transmitir a V.Exa. e aos colegas isto: o fato concreto do abuso do poder econômico. Aí alguém fala o seguinte: “Então, o candidato não vai poder mais ter o financiamento das empreiteiras? Se eu sou o candidato, se eu tenho condições de bancar a minha campanha, eu posso gastar 10 milhões na minha campanha?”

Eu confesso para vocês que fiquei sem resposta. “Eu quero botar 10 milhões de reais na minha campanha. Isso é abuso do poder econômico?” Eu tenho impressão de que isso continua sendo abuso do poder econômico. Então, o que a legislação fala com relação ao dinheiro do candidato? Parece-me que não há limitação, salvo maior engano.



Pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Edinho, eu peço a V.Exa. um aparte. Como estamos chegando ao final da nossa Comissão, quero dizer que, como Relator, tenho enorme simpatia por encontrar uma solução para essa compra indireta de votos, que é a contratação de cabo eleitoral. A nossa Consultoria está trabalhando nisso, e peço aos colegas que pensam sobre isso que me ajudem também na redação de algo sólido nesse sentido.

Em relação a esse tema do recurso próprio, na minha opinião, estamos caminhando para solucioná-lo de maneira bastante positiva, se tivermos maioria, como parece que está sendo desenhada na Comissão, para um sistema de financiamento público que vai determinar claramente que o recurso só pode ser este e qualquer recurso fora deste será considerado, por óbvio, um ilícito, do ponto de vista eleitoral.

Mas com relação a essa questão do cabo eleitoral, confesso, já passamos um bom tempo em reunião com a Consultoria discutindo para que encontremos uma redação que não tenha escape e, ao mesmo tempo, não seja artificial em relação ao mundo real da política, pois, é óbvio, nós não podemos zerar. Por exemplo, o Deputado Simão Sessim vai organizar uma campanha e tem lá a sua assessoria de imprensa, a pessoa que dirige o automóvel, ou seja, uma estrutura efetivamente mínima de quem acompanha uma campanha, o que é muito diferente daquilo que acontece hoje que é a contratação de mil, duas mil pessoas.

Eu recebi relatos de eleições para Prefeitura que foram decididas na contratação de cabo eleitoral, especialmente em boca de urna. Coloca lá alguém para organizar, contrata dois mil, o que, num eleitorado de 30 a 40 mil pessoas, decide a eleição só naquele ato. Então, toda a história do candidato, da pessoa morre em 24 horas.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Deputado Edinho,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pois não.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - ...quero só contar que a situação de eleição de Vereador chegou-se a um ponto de sofisticação tão grande, com essa história de *Internet*, hoje com essa história de voto em urna eletrônica que os eleitores são chamados para serem contratados para trabalhar. Eles fazem uma



ficha e nela colocam a Zona e a Seção onde votam. O Vereador diz então para ele — não precisa nem sair de casa para se eleger, só um computador e com uma série de contratos que ele faz: “Você vai ficar como fiscal na urna tal, na seção tal. Eu controlo aqui porque o voto é secreto, mas eu tenho a senha da urna.” O eleitor, que não conhece informática, acredita. “Se o seu voto aparecer aqui, eu pago o que foi contratado entre nós. Se o voto não aparecer aqui, eu não lhe pago.” O sujeito vai lá e vota com medo de não aparecer o seu voto.

Ele não precisa sair de casa, com mil eleitores, ele está eleito Vereador. Essa é a sofisticação da *Internet*, do computador, da informática. Então, chegou-se a um ponto que eu não sei como coibir isso na lei, mas o nosso Relator tem que ter criatividade para evitar que as eleições de Vereadores e, quem sabe, de Prefeitos cheguem a ser definidas num computador dentro de casa.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Ouvindo V.Exa., lembrei de uma coisa que me aconteceu na última campanha. Uma pessoa me encontrou na rua e disse: “Olha, Deputada Rosane, eu vou votar na senhora, mas não vai ser o meu voto, mas vai ser o voto de alguém que estava empenhando para mim porque, na urna em que ele votava, já tinha o compromisso com o determinado Deputado. Lá ele não poderia deixar de votar porque “vai que não aparecia nenhum voto naquela urna”. “Mas eu lhe garanto que vou conseguir o voto”. E, de repente, ele estava me dizendo qual era a urna. Eu lhe disse: “Por favor, o senhor não me diga qual é a urna porque senão o senhor vai ter preocupação com duas urnas nestas eleições”.

Mas a gente ouve de tudo, principalmente nos lugares mais afastados, onde as pessoas são mais ingênuas. Essa é a realidade.

Uma vez eu já disse e vou tornar a dizer aqui: se tivéssemos uma grande revolução dentro do sistema educacional, se tivéssemos um investimento maciço no nosso sistema educacional, talvez não precisássemos de reforma nenhuma, mas hoje nós temos que trabalhar muito para que seja cada vez mais legítimo estarmos aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Outra questão, meu caro Relator, Srs. Deputados, que tenho ouvido é com relação aos partidos políticos.



O pessoal questiona muito: para que tanto partido político? Para que 29 partidos registrados no TSE e 22 partidos representados na Câmara? Eu tenho refletido, Deputado Henrique Fontana, sobre essa questão de partidos .

Proibir ou impedir, não sou favorável. Acho que nós temos que proibir ou impedir, mas temos que regerar. Quem quiser criar partido neste País que os crie. O que não pode é partido ter tempo de televisão sem ter representação nesta Casa; é ter espaço de liderança, ter condições de contratar assessores sem ter representação.

Portanto, acho que essa é uma solução porque ela não é proibitiva. Ninguém está impedido de criar partido, mas partido com voz e com vez em programa com fundo partidário, só se ele tiver representação. Estou muito convencido de que essa é uma posição de muito bom senso, e eu gostaria de sugeri-la a V.Exa..

A outra questão é relativa à questão das coligações. Eu dou um exemplo prático de alguns partidos, porque eu tenho vivência de eleições. Disputei dez eleições, perdi uma e ganhei nove. Conheço partido em São Paulo — há algum tempo, não nesta última — que sempre lançou um federal e um estadual e os botava no meio de um partido grande. E todo mundo votava nesse federal e nesse estadual, e elegia um federal e um estadual. Portanto, era partido de um deputado federal e de um estadual, partido personificado. E conheço exemplo de um partido que adotou critério diferente: o PV. E está aqui a Deputada Rosane. O que fez o PV?

O PV recomendou que se lançassem candidatos estaduais, se possível chapa completa estadual e federal. Olha o tamanho do PV. É isso que temos que estimular.

Então eu pergunto. a legislação tem que proteger o partido que lança só um federal e um estadual ou um partido que sugere, que propaga, que divulga, que diga aos os seus afiliados que lancem candidatos, preencham a chapa.

Estou dando um exemplo. Portanto, tem de haver coligação. Coligação é margem para compra e venda. Temos que arrumar uma outra saída, um outro modo para facilitar a vida dos partidos pequenos.

A fórmula D'hondt, que não estabelece o quociente eleitoral, que faz aquele divisor. Então, hoje eu estou convencido, não era essa a minha tese inicial, mas a minha tese da eleição proporcional, uma chapa aberta, sem coligação, com a



fórmula D'hondt, e a outra proporcional, chapa fechada, com alternância de gêneros. Se fizermos isso estaremos fazendo um grande avanço.

E essa questão de Senador Suplente eu acho que V.Exa..

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só para entender, Presidente. Essas duas metades da proposta de V.Exa. obedecem a um critério proporcional?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Cinquenta por cento para lista fechada, 50% para lista aberta. E ambos com votação proporcional. Portanto, voto proporcional.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É bem semelhante ao que estamos pensando.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, falando sobre a propaganda, eu acho que já existe uma lista fechada até nas propagandas dos partidos. Já existem as pessoas que vão para as propagandas. Alguns candidatos, mesmo sendo Deputados, parece que são discriminados. Precisamos pensar num todo. Há quantos Deputados? O espaço vai ter uma propaganda, vamos supor, do partido, num momento esse, por que não participarem todos?

Alguns partidos têm o grupo X, com Fulano e Beltrano, e os outros são discriminados. Parece-me que já existe uma lista fechada, interna, concernente aos Parlamentares que vão participar da propaganda.

É só essa observação para análise do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Consulto o nobre Relator se ainda gostaria de usar da palavra.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só uma última dúvida, Sr. Presidente. Esse tema de divisores a que V.Exa. se refere, independe do nome que tem, é o sistema que se divide primeiro por um, depois, por dois, depois por três, depois por quatro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Exatamente divide por um , por dois, por três, por quatro, por cinco...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E se no divisor três, por exemplo, o partido "A" tem uma votação menor do que um partido pequeno que teve... Por exemplo, no divisor três o partido "A" cai em 60 mil votos e um partido



pequeno fez 70 mil. Então, esse que fez 70 mil entra antes do outro que resultou do divisor três.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - O de 70 mil entra antes. Quero dar um exemplo prático a V.Exa.: Em São José do Rio Preto, na última eleição proporcional para Vereador, eu não estava no PMDB; eu era Prefeito pelo PPS, e o PPS estava coligado com o PMDB. O cociente eleitoral era de X votos. O partido obteve 10 mil e poucos votos. Faltaram 37 votos para eleger, para atingir o cociente eleitoral. Por 37 votos o partido não elegeu o Vereador. Nessa fórmula D'Hondt, o PMDB teria eleito um Vereador.

Dou um outro exemplo das eleições de 2010.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Uma pergunta: ele teria eleito na sobra, na primeira sobra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Exatamente, a sobra é aproveitada, esse é o grande problema. Essa fórmula D'Hondt é aplicada em mais de 30 países do mundo.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, o Relator não gosta de antecipar os pontos do relatório, mas, em homenagem, primeiro, a condução que V.Exa. fez da reunião Mato Grosso e pelas diversas sugestões importantíssimas que traz, eu quero dizer que nós vamos adotar esse sistema, nós vamos terminar com cociente eleitoral com cláusula de barreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - E sugiro a V.Exa. que pegue o exemplo do Espírito Santo, o exemplo do Rio Grande do Sul, seu Estado, o exemplo de São Paulo, e nós teremos maior participação de partidos na composição das bancadas, porque me parece que é uma fórmula muito mais justa, porque não desperdiça sobra de votos nessa distribuição por divisor.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - É muito mais democrático.

Concedo a palavra ao Deputado Agostinho Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Eu queria apenas fazer algumas observações sobre o que ouvi. Primeiro, concordo com o que foi dito, não me lembro por quem, sobre as comissões provisórias dos partidos. Não sei se o nobre Relator vai chegar a esse nível no seu relatório, mas, na estruturação dos partidos, acho que a obrigatoriedade de haver um percentual mínimo de comissões definitivas. Acho



que isso é bem muito razoável, inclusive para evitar partidos que têm dono e quem resolve tudo no partido, quem manda no partido é a direção nacional.

Quanto à questão das coligações, de temos falado muito, elas vão depender do formato do sistema eleitoral que o nobre Relator vai apresentar. Se realmente a votação for em lista, naturalmente essas coligações vão se extinguir, e muitos assuntos vão ficar agregados ao tipo de votação que estará no relatório.

Agora, é importante observarmos que se considerarmos pegarmos aqui no Congresso Nacional, poucos Deputados foram eleitos com a votação do cociente eleitoral. Essa é uma coisa que precisa ser lembrada, muito poucos. Acho que, dos 513, não passam de 35 Deputados os que tiveram voto e com o seu voto, obteve-se o cociente eleitoral e eles se elegeram. Isso é um ponto que precisa ser avaliado. É natural que com o final das coligações, talvez se vá forçar uma junção dos partidos e a diminuição.

Para terminar, Sr. Presidente, encaminhei ao nobre Relator — já tive a oportunidade de dizer isso aqui pessoalmente — uma sugestão referente à regulamentação da propaganda eleitoral gratuita. Essa sugestão tem o intuito de diminuir o custo da campanha e aumentar a audiência dos programas eleitorais

Tenho números — e os enviei ao nobre Relator — que mostram que hoje, no horário eleitoral, 10% das televisões são desligados durante o horário eleitoral. Não é nem que se esteja assistindo ao horário eleitoral. A nossa sugestão é acabar com os dois programas eleitorais como existem, um de manhã e um à noite. Esses programas seriam diluídos no decorrer da grade de programação da emissora, em sessões comerciais.

Não tenho dúvida de que isso reduziria extremamente o custo do programa eleitoral, a produção do guia eleitoral. As mega produções que se vêem hoje, muitas vezes, acontecem em função das coligações. Como elas têm um tempo maior, contratam marqueteiros para construir a imagem dos políticos que, muitas vezes, são muito diferentes do que eles realmente são.

Na medida em que se reduz o tempo dessas inserções, para no máximo 60 segundos, elas seriam distribuídas na grade e haveria maior audiência da população. Se as propagandas forem inseridas na grade de programa da emissora, como já acontece com uma parte das veiculações políticas no horário político, o



custo da campanha seria reduzido e haveria maior recepção da ação política pelo público assistente.

Isso deve ser pensado, nobre Relator, pois inclusive seria de interesse das empresas de televisão. Os horários são pagos — indiretamente por nós — pelo povo, as empresas só rebatem 20% do que deixam de faturar, e nós poderíamos distribuir isso no decorrer da grade. Não tenho dúvida que dessa forma reduziria sobremaneira o custo do guia eleitoral.

O Deputado Edinho, que já foi candidato a Prefeito, que já foi Prefeito, deve saber que o custo de uma campanha para prefeito na televisão é relevante. Na medida em que se faz dessa forma, o custo seria reduzido. Consultei diversas empresas que trabalham com isso. Na verdade, entendo que haveria maior inserção nos meios de comunicação e mais absorção por parte do eleitorado.

Eu gostaria que o nobre Relator se detivesse sobre essa sugestão, que pensasse um pouco sobre ela. É racional, razoável, de bom tamanho e pode, inclusive, ajudar a acabar com o grande repúdio que da população ao guia eleitoral, horário em que todo mundo desliga a televisão, vai tomar banho, vai jantar ou vai fazer qualquer coisa e só volta depois, para assistir a novela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Deputado Augusto Coutinho, eu não sei se as inserções de 30, 15 ou 60 segundos reduziriam o custo. O que sei é que a produção de uma campanha de televisão para cargo executivo, majoritário, custa quase 50% do custo da campanha. Agora, temos de encontrar uma fórmula para impedir que toda essa tecnologia, toda essa magia que vem do programa de televisão iludindo as pessoas, e fazer com que o candidato apareça mais diretamente, em preto e branco, mais real. Temos de fazer com que a exposição seja mais verdadeira, portanto, não ilusória, que levando a se camuflar o resultado, a impedir uma verdadeira extração da opinião pública. O que nós podíamos fazer era buscar uma fórmula para acabar com essa indústria que há hoje — com todo respeito, eu tenho muitos amigos nessa área de *marketing*, mas há uma verdadeira exploração na ocasião dos pleitos.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - E V.Exa. sabe que hoje o marqueteiro é a peça mais desejada numa campanha política. O que se cobra...



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Inclusive, Deputado Augusto Coutinho, aproveitando a reflexão que V.Exa. faz e que o Presidente Edinho complementa, peço mais uma vez a confiança de V.Exas. no critério do financiamento público exclusivo de campanha. O financiamento público traz consigo uma grande vantagem que é a determinação fática de um teto para gastos, ou seja, se a árvore de distribuição de recursos e de financiamento público determinados, na minha visão, pela Justiça Eleitoral — nós não temos como definir aqui um valor para os custos de eleição — e ela determina que na eleição para a Prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, o partido “A” vai ter X mil reais; o partido “B” vai ter Y reais, e assim por diante, se algum marqueteiro oferecer um milagre para algum candidato dizendo: “Olha, por 10 milhões de reais eu faço de você — como muitos muito arrogantemente dizem — o Prefeito de Porto Alegre. Primeiro que os dois vão ser presos, se fizerem isso. Estou brincando, ser preso é modo de dizer, porque nós não decidimos algo assim, mas não há dinheiro para isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - O contrato é de êxito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Então, não haverá dinheiro para isso, porque o teto vai ser um limitador, inclusive para outros tipos de superpreços em campanha. Eu já contei a V.Exas. em outra reunião que sou muito cuidadoso e ordenador de despesa da minha campanha, aquelas que extrapolam determinado valor, e eu já cansei de pegar orçamento de gráfica em que um era o dobro da outra, para fazer o mesmo material, tipo aquela ideia: como nós estamos fornecendo para a política, vamos colocar um fator de risco de tantos por cento, porque podemos não receber.

Então, temos que trocar o papel dos marqueteiros pela história de vida dos candidatos, pela honradez e confiança que esses candidatos representam e pelo programa que eles defendem nas eleições. E temos que convencer o cidadão brasileiro de que ele vai ganhar muito com isso.

O SR. DEPUTADO LINDOMAR GARÇON - Na verdade, nobre Relator, isso reforça ainda mais a nossa preocupação, porque, na medida em que faz com que o programa eleitoral não seja contínuo, a redução do custo... É absoluta a certeza que eu tenho. Eu consultei diversas inclusive sobre isso. Não tenho a menor dúvida de que terá, pois a produção será muito menor. Uma coisa é fazer 30 segundos ou 60



segundos de um comercial e outra, é fazer um programa de 12 minutos, 5 minutos, de 7 minutos, a megaprodução é muito maior. O custo é muito maior.

A preocupação que o Relator demonstra é exatamente com a criação de imagens hoje que é feita de candidatos que muitas vezes a população nem conhece, e o marqueteiro começa a criar, a fazer uma imagem dele, como numa telenovela, e apresenta-nos como se aquilo de fato fosse verdade. Na medida em que você tem a obrigatoriedade com a redução de tempo para que as pessoas se comuniquem mais com a população, não tenho dúvida de que iria ao encontro dessa preocupação que tem V.Exa. de dar... A redução do custo seria inevitável, a inserção na sociedade seria maior, e eu acho que seria interesse de todos, inclusive das próprias empresas de televisão, que não teriam aqueles dois horários engessados, que são pouco vistos pela população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Encerrado o debate, passaremos à deliberação de requerimentos, segundo item da pauta.

Requerimento nº 63, de 2011, da Sra. Deputada Rosane Ferreira, que “requer a realização de conferência estadual em Porto Velho, no Estado de Rondônia, para debater a reforma política”.

Eu gostaria de pedir à Deputada Rosane Ferreira que, como já fomos informados de que já se iniciou a Ordem do Dia, encaminhe o seu requerimento.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Eu subscrevi esse requerimento a pedido do Deputado Lindomar Garçon, porque o Estado, não o partido, não tem representantes nesta Comissão. Então, eu gostaria que S.Exa. encaminhasse o referido requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Tem a palavra o Deputado Lindomar Garçon para falar rapidamente, para que possamos deliberar sem prejuízo.

O SR. DEPUTADO LINDOMAR GARÇON - Há um grande clamor no Estado de Rondônia para que esta Comissão vá ao nosso Estado, a fim de também debater a reforma política. E lá nós assumiríamos o compromisso de ajudar a organizar todo o trabalho que seria feito no Estado de Rondônia, em Porto Velho, onde será feita essa audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Consulto o Plenário se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo, passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 63.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, quando o nobre Relator vai apresentar o relatório?

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Dentro de 14 dias, vamos dizer assim. Sem ser na próxima terça, a outra pode ser uma data, e aí vamos abrir, regimentalmente, o prazo de discussão, debate, como manda o figurino. Poderemos, inclusive, com a apresentação — o Presidente é que tem essa prerrogativa —, intensificar os nossos horários de reunião, no sentido de poder haver mais debates e trabalharmos na votação neste primeiro semestre. Se não concluirmos no primeiro semestre, concluiremos na primeira semana do segundo semestre, é com essas datas que estou trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, sendo aprovada essa audiência em Porto Velho, gostaria de saber se V.Exa. já tem uma posição, se já vai definir a data.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Vou submeter ao Presidente titular, Deputado Almeida Lima, que agende de acordo com a sua conveniência. Mas V.Exa. será informado imediatamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos pela presença.